VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2022

ATA NÚMERO DEZ

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e treze minutos, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária em exercício, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária em exercício, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Ana Luísa Ferreira, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Luís Miguel Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira.

Faltaram os seguintes deputados municipais: José Manuel de Almeida Couto, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Carla Cáceres; que justificou a falta; Carlos Alberto Pinto Ribeiro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Manuel Benjamim Leite Soares; João Paulo Rebelo da Silva, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, João Pedro Ferreira Martins; João Morais de Sousa, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Ana Silvina Almeida, Joaquim António Dias Tavares, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bruno Miguel de Oliveira; Manuel Paulo de Jesus Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Mário Vicente Reis e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Gonçalo de Sousa Pinto. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia e José Joaquim Cancela Moura.---

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia disse que conforme articulado em Conferência de Líderes, a votação das Atas será feita na próxima Sessão da Assembleia.----------

Ponto 1 - Público.----------

O Senhor Presidente da Mesa alertou para o facto de esta Sessão estar a ser gravada, caso o Público tiver alguma objeção deve comunicar. ----------

Senhor Bruno Coelho (União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares) no uso da palavra referiu serem moradores em Francelos, num condomínio fechado, com jardim à porta de casa onde as crianças brincam diariamente, há algumas semanas foi feito um levantamento topográfico do terreno tendo-lhes sido dito que algo iria acontecer naquele espaço, questionando o que está previsto para aquele jardim, pois, é essa a preocupação de todos os moradores daquele condomínio, situado na Rua Artur Nobre e Rua da Junqueira--

Senhor Manuel Mota (União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares) disse que o assunto é o mesmo que o seu antecessor, referindo que na referida urbanização, loteamento com Alvará de loteamento 08/01 de 08 de outubro, sendo que o lote 6 foi cedido à Câmara Municipal com a finalidade específica de atividades desportivas e zona verde, sabem que por parte da Câmara Municipal está em curso o pedido de alteração desse Alvará, para construção de um foco habitacional, pretendendo esclarecimentos relativamente a esta situação e os impactos que tal poderá ter na vida dos moradores.----------

Senhor Manuel Cruz (Freguesia de Canelas) na sua intervenção teceu alguns comentários relativamente ao 25 de abril, ao adiamento das obras da Unidade de Saúde dos Carvalhos e do reconhecimento público da cidadã natural dos Carvalhos a Profª Drª Margarida Carvalho Lima. Questionou, no que concerne as novas rotundas em Moeiro e se não estava projetada uma ligação para a Escola Preparatória, conforme documento em anexo (Vide anexos nº1) ----------

Senhora Carolina Mota Ferreira (Freguesia de Vilar de Andorinho) fez referência aos maus cheiros na Freguesia de Vilar de Andorinho, referindo que nos prédios em frente à Quinta de Soeime não se podem abrir as janelas devido aos maus cheiros, solicitando algum tipo de intervenção para esta situação. Fez igualmente referência ao mau estado em que se encontra a Rua Heróis de Ultramar, bem como o espaço "morto" em frente à sua habitação em que tinha espaço para estacionar cerca de 12 carros agora só podem estacionar 6, e a via que era de 2 sentidos passou a ser de apenas 1 sentido, nesse local foram colocados contentores, questionando o porque daquele espaço "morto" onde podiam estar mais 6 viaturas e ainda foram colocados pilaretes junto ao passeio. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues começou por responder às 2 primeiras intervenções dos munícipes de Gulpilhares, referindo tratar-se de facto de um espaço que resulta de um loteamento, sendo que para benefício do serviço público, do interesse publico é deixado um dos lotes como contrapartida, neste caso está definido como equipamento desportivo, um campo de ténis e não de um jardim. As alterações ao loteamento são legítimas, pública e transparentes e decorre de haver munícipes como os que aqui hoje estão, vivem problemas com a habitação e numa lógica de serviço público e de disponibilização de serviço público tem uma estratégia local de habitação para a qual encontra terrenos onde possa construir habitação para renda acessível, em que todas as hipóteses estão a ser estudadas, e este caso em concreto é uma das hipóteses que está a ser estudada. Deixou ainda alguns esclarecimentos os senhores munícipes relativamente a esta matéria ----------

<u>Ponto 3.</u> Período de "Antes da Ordem do Dia".----------

O Senhor Presidente da Mesa disse não haver Atas para votação conforme o acordado na Conferência de Representantes. Disse que, dentro do Período Antes da Ordem do Dia, deu entrada um conjunto de documentos, clarificando algumas questões relativamente ao PAOD que, visa duas coisas, tratar de assuntos de interesse para o município que, devem ser votados pois não estão na OT e, orientações para uma melhor gestão do Município. De seguida, disse terem dado entrada 19 documentos, ficando para o fim as Declarações Políticas. Convidou a senhora Deputada Fátima Menezes de Figueiredo a fazer parte da Mesa, tomando o lugar de 2ª Secretária em virtude do senhor 1º Secretário se encontrar ausente. ----------

Senhora Deputada Maria de Fátima Menezes (PS), apresentou um **Voto de Louvor,** pela "Dinâmica de Apoio Solidário ao Povo Ucraniano" e um **Voto de Congratulação,** pela "Abertura da Nova Maternidade do CHVNG/Espinho", conforme documentos em anexo (Vide anexos nº2 e 3). ----------

Senhor Deputado Rui Teixeira (PS), apresentou um **Voto de Congratulação**, pelo "Prémio Nacional de Sustentabilidade 20 | 30", conforme documento em anexo (Vide anexo nº4). ----------

Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE), apresentou dois **Votos de Saudação** pela "Saudação ao 25 de abril" e "Saudação ao 1º maio", conforme documentos em anexo (Vide anexos nº5 e 6). ----------

Senhor Deputado André Ferreira (CDU), apresentou um **Voto de Homenagem,** "Homenagem a Adriano Correia de Oliveira", conforme documento em anexo (Vide anexo nº7). ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS), apresentou um **Voto de Pesar,** "Pelo Falecimento do Cidadão e Empresário Salvador Guedes", conforme documento em anexo (Vide anexo nº8). ----------

Senhor Deputado Gonçalo de Sousa Pinto (IL), apresentou um **Voto de Recomendação**, pela "Criação da figura da Provedoria do Munícipe de Vila Nova de Gaia", conforme documento em anexo (Vide anexo nº9).

Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE), apresentou uma **Proposta de Recomendação**, pela "Provedoria do Munícipe", conforme documento em anexo (Vide anexo nº10). ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH), apresentou uma **Proposta de Recomendação,** pela "Construção de Monumento do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes", conforme documento em anexo (Vide anexo nº11). ----------

Senhor Deputado Pedro Ribeiro Castro (PAN), apresentou uma **Proposta de Recomendação,** para "Acolher as pessoas refugiadas sem as separar dos seus animais de companhia", conforme documento em anexo (Vide anexo nº12).----------

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS), apresentou uma **Proposta de Recomendação,** apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, "Atribuição Medalha de Mérito Municipal ao Dr. Miguel Graça", conforme documento em anexo (Vide anexo nº13). ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH), apresentou um **Voto de Condenação,** "Pela Invasão Russa da Ucrânia", conforme documento em anexo (Vide anexo nº14). ----------

Senhor Deputado André Ferreira (CDU), apresentou uma **Moção**, "Pela Paz" conforme documento em anexo (Vide anexo nº15). ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD), apresentou uma **Moção,** "Manifestar solidariedade para com o povo ucraniano", conforme documento em anexo (Vide anexo nº16). ----------

Senhor Deputado André Ferreira (CDU), apresentou uma **Proposta**, pela "Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030", uma **Moção,** "sobre os Combustíveis para os Bombeiros" e uma **Moção,** "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático", conforme documentos em anexo (Vide anexos nº17, 18 e 19). ----------

Senhor Deputado Gonçalo de Sousa Pinto (IL), apresentou uma Declaração Política, conforme documento em anexo (Vide anexo nº20). ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD), apresentou uma Declaração Política relativamente à TAP "Transportadora Aérea da Portela, conforme documento em anexo (Vide anexo nº21).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues relativamente às intervenções dos senhores deputados, prestou os devidos esclarecimentos, referindo entre outros que, quanto ao Provedor do Munícipe, em muitos momentos entendeu fazer sentido criar estratégias de intermediação com os cidadãos, mas o desempenho da autarquia nestes últimos 8 anos levou a considerar que o Provedor do Munícipe não faz sentido, é um Provedor setorial, sendo sua convicção que o trabalho feito e a forma como o tem feito, o Provedor do Munícipe é o Presidente da Câmara Municipal. Quanto à atribuição da Medalha de Mérito Municipal, proposta pelo senhor Deputado Luís Nogueira, faz todo o sentido, se tudo correr normalmente e no dia 20 de junho se fizer a entrega de medalhas, o Dr. Miguel Graça será incluído pois é uma excelente proposta. Relativamente à intervenção provocatória da Iniciativa Liberal, dará lições de respeito quando deixar de fazer publicações, passando a mostrar as fotos e comentários de email publicado num site institucional. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu não poder continuar a haver trocas de palavras entre os senhores Deputados, tendo já aqui alertado o senhor Deputado Gonçalo Pinto que, aceitou o documento por ele entregue, escrito a encarnado, o que é também prova da sua boa formação. Disse a todos os senhores deputados, não se julgar as pessoas de forma leve, mesmo tendo boas razões para o fazer. O documento escrito a cor encarnada, ficará para a história desta casa para se perceber do que se estava a falar. ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD), disse que relativamente ao Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira apresentado pela CDU, deixa a sugestão que o mesmo também seja enviado à família. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu não poder continuar a eternizar esta discussão, especialmente quando tudo foi acertado em Reunião de Líderes.----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Dinâmica de Apoio Solidário ao Povo Ucraniano". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Abertura da Nova Maternidade do CHVNG/Espinho". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Prémio Nacional de Sustentabilidade 20|30". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Voto de Saudação ao 25 de abril". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Saudação ao 1º maio". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Homenagem, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "Homenagem a Adriano Correia de Oliveira", com a alteração sugerida pelo Grupo Municipal do PSD.----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Pelo falecimento do cidadão e empresário Salvador Guedes". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do IL, "Criação da figura do Provedoria do Munícipe de Vila Nova de Gaia".----------

Votação: Rejeitado por Maioria, com 35votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 da CDU), 10 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 01 abstenções do PAN. ----------.

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, "Provedoria do Munícipe". ----------

Votação: Rejeitado por Maioria, com 35 votos a contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 do CDU), 10 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 01 abstenção do PAN. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do CH, "Construção de Monumento do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, "Acolher as pessoas refugiadas sem as separar dos seus animais de companhia".--

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, "Atribuição Medalha de Mérito Municipal ao Dr. Miguel Graça". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Condenação, apresentado pelo Grupo Municipal do CH, "Pela Invasão Russa da Ucrânia". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 01 do PAN, 01 do CH e 01 do IL) e 02 votos contra do CDU e 01 abstenção do BE. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Pela Paz". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 36 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 da CDU), 02 votos contra (01 do CH e 01do IL) e 10 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE e 01 do PAN). ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "Manifestar solidariedade para com o povo ucraniano". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do CH, 01 do IL e 01 do PAN) e 02 votos contra da CDU. ----------

Foi retirada da Ordem de Trabalhos, uma Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030", a pedido do próprio Grupo Municipal. ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "sobre os Combustíveis para os Bombeiros". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do IL). ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático".----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do IL e 01 do PAN) e 08 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS e 01 do CH).----------

Foram entregues as seguintes Declarações de Voto: Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE quanto à Moção "Pela Paz" apresentado pelo Grupo Municipal da CDU e Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE e a Declaração de Voto do Grupo Municipal do CDS-PP quanto à Proposta de Recomendação "Construção de Monumento Do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos antigos Combatentes" apresentado pelo Grupo Municipal do CH, conforme documentos em anexo (vide anexo nº22 e 23).----------

4.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2021, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, na alínea i) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro". ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) na sua intervenção solicitou alguns esclarecimentos, como o Empreendimento Habitacional em Grijó, no documento é referido que está associado a um exigente programa de inserção social, pretendendo saber a que se refere objetivamente aquele exigente programa. Qual o ponto da situação do Posto de Abastecimento de Hidrogénio, bem como o ponto de situação dos Parques Temáticos. Questionou, quanto ao Observatório Social de Gaia, pretendendo obter mais pormenores. A terminar, questionou que política ativa prevê o executivo, para a captação de investimentos para o Concelho. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que quanto ao Empreendimento Habitacional de Grijó resultava de uma parceria com a IP acerca da situação das habitações "abarracadas" naquela zona, resolvendo um problema que se arrasta há décadas, deixando os devidos esclarecimentos. Quanto ao Posto de Abastecimento, que o Concurso ficou deserto, a autarquia possuía 750 mil euros a fundo perdido dado pelo Fundo Ambiental e que se não for executado até 30 de junho de 2023 perdia o dinheiro, tendo deixado os devidos esclarecimentos. No que diz respeito aos Parques Temáticos, já é do conhecimento a existência de uma rede consolidada no anterior mandato, trata-se de uma rede muito importante de Parques e que irá valorizar o Concelho. Foi lançado o 1º Parque "Pinóquio" tendo a Proposta sido excluída por não obedecer aos critérios previstos no Caderno de Encargos. O 2º Concurso a "Volta ao mundo em 80 dias", vai ser adjudicado, e será lançado o 3º Concurso a "Abelha Maia" que à partida estará em ordem. De seguida será lançado novamente o "Pinóquio". Quanto ao Observatório Social de Gaia, está em funcionamento há 4 anos que, irá agora fechar o seu primeiro ciclo com o lançamento de um livro que sistematiza todos os contributos que o Observatório construiu, esclarecendo devidamente esta questão. Disse que, relativamente à captação de investimento a autarquia está ancorada naquelas que são as prioridades e os investimentos executados ao abrigo do Mandato e do programa anteriores. É bom saber que se estão a discutir as Contas do último ano de Mandato, tendo sido nesse âmbito que se movimentaram. A questão de um Programa Social exigente diz respeito à sua própria convicção que, o Município assume desde que tomou posse. ----------

Senhor Deputado Pedro Ribeiro Castro (PAN) deixa algumas questões que considera importantes quanto ao programa Gaia+Inclusiva em parceria com a rede social, entre outras, refere-se ao facto de muitas pessoas viverem isoladas e só terem como companhia um animal de estimação. Se a autarquia tem também previsto alguns apoios para esta situação e para a rede de especialistas a vítimas de violência integrada no âmbito de prevenção da violência doméstica, de género, de violação sexual, pretendendo saber também como funciona esta rede e quais os parceiros vocacionados para a questão LGBTi+, entre outras questões. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu ao senhor Deputado Pedro Ribeiro Castro que, relativamente à causa animal, neste último Mandato se tem feito uma abordagem da Inclusão que, decorreram dos contributos do PAN, tendo tido mais projeção no Plano de Atividades do que

propriamente neste relatório de Contas, sendo que a Gaia+Inclusiva não tem a especificidade do apoio à Causa Animal dos animais de companhia, de pessoas isoladas. Referiu ainda ter sido um Regulamento que esteve em teste durante 3 ou 4 anos e tendo daí resultado um conjunto de medidas avulsas. Prestou, outros esclarecimentos, a propósito das questões colocadas. ----------

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS) na sua intervenção questionou quanto à Pág. 03 do documento que, passou a ler, pretendia que fosse esclarecido em que ano foi ultrapassado o limite legal do endividamento líquido.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu ao senhor Deputado, para que não sejam pedidos mais esclarecimento o aconselhou a ler o Relatório nº 13 de 2015 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, Proc.º 21 de 2012 Auditoria à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Mesmo assim, o senhor Presidente, teceu uma série de esclarecimentos relativamente ao endividamento da autarquia, tendo sido em 2026 que a Câmara Municipal passou de vermelho ao verde, deu como exemplo de leitura o Anuário Financeiro dos Municípios. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal já respondeu a diversas questões que pretendia que fossem respondidas, nomeadamente o Centro de Saúde dos Carvalhos, contudo faltava saber como estava a ser tratada o problema, se seria lançado novo concurso e qual o prazo previsto para a sua conclusão. Questiona igualmente o ponto da situação do Centro de Saúde de Grijó. Questiona quando aos serviços de SASU encerrados, se há pretensão da sua reabertura. Quanto a mobilidade e ao estacionamento na zona do Centro Hospitalar, se a Câmara Municipal tem previsto alguma solução para este problema. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues deixou diversos esclarecimentos à intervenção da senhora Deputada, dando prioridade às questões concretas da área da saúde e educação. Os Centros de Saúde dos Carvalhos, Grijó e Afurada são a prioridade absoluta. Disse, que o SASU, prolongamento de horários em alguns Centros de Saúde, "cadeira dentista" entre outros eram requisitos para o Município assinar o auto de transferência para a descentralização na área da saúde. Elucidou ainda quanto ao ponto da situação de diversas questões da intervenção da senhora Deputada. ----------

Senhora Deputada Carla Costa (PSD) na sua intervenção colocou diversas questões relativamente ao ponto em apreço, entre outras, para quando está previsto o início da construção das várias obras constantes deste Plano, como o Centro de Congressos de Vila Nova de Gaia e a Igreja da Afurada. Quanto à carga fiscal dos Gaienses, questiona se face aos resultados a autarquia não tencionava reduzir o IMI e IRS. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse não conseguir prever os prazos, porque não controlava lançamento dos procedimentos, mas esses são públicos. Quanto à redução da carga

fiscal, disse que até 2025 não haverá redução de impostos que, neste momento o município tem a mais baixa carga fiscal de sempre. ----------

Senhor Deputado Rui Teixeira (PS) na sua intervenção relativamente ao relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2021, referiu que pela sua leitura se vê a dedicação da autarquia num setor estruturante no desenvolvimento de todos enquanto comunidade. Relativamente à questão da Mobilidade, tendo vertido a sua intervenção nesta temática, referiu a forma como tem evoluído a despesa com Mobilidade e transportes e sobre eventuais projetos futuros nestes setores e o impacto nas contas do município. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues prestou os devidos esclarecimentos ao senhor deputado referindo, entre outros que, a abordagem à mobilidade e aos transportes está ancorada em três pilares fundamentais, como a expansão da linha amarela do Metro, a nova Ponte e a Linha Rubi, em fase de arranque de projeto e complementadas com a Estação Vila Nova de Gaia, de alta velocidade, o TGV terá Estação Intermodal na zona de Santo Ovídio, dando os devidos esclarecimentos sobre esta questão e outras relacionadas com a temática.----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) relativamente ao ponto em apreço referindo-se à ambiguidade do relatório que transcreve projetos e obras deste e do anterior mandato, mistura de obras da competência do Município com obras de outras Tutelas. Disse que, a CDU já chamou a atenção para a objetividade, contudo o documento apresentado distorcia o seu objetivo. Continuou tecendo diversas considerações do Grupo Municipal da CDU relativamente ao ponto em apreço, conforme documento em anexo (vide anexo nº 25).--

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues solicitou cópia das intervenções escritas dos senhores deputados. ----------

O Senhor Presidente da Mesa disse que os senhores deputados farão chegar à Mesa que as distribuirá imediatamente. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse aos senhores deputados que as intervenções escritas devem ser entregues no dia da Assembleia, pois, é inviável fazer uma intervenção escrita que vem para a Assembleia depois desta acabar e sem os senhores deputados se submeterem ao contraditório. Referiu que, não se tratando de um livro de Atas, além da Ata, a Reuniões tem a possibilidade de os senhores deputados contraditarem e o oposto. Não se pode estar a fazer um debate um contraditório e os senhores deputados depois escreverem outra coisa num documento para ser integrado na Ata. ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS) na sua intervenção teceu diversas considerações a este ponto da Ordem de Trabalhos, começando por referir que, em 2020 afirmaram que se estava perante as melhores contas de sempre de Vila Nova de Gaia, sendo que não se poder dar esse epíteto aquele documento, mas

enchia de orgulho pelos resultados alcançados não ignorando o contexto em que se desenrolou, conforme documento em anexo (vide anexo nº25). ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD) na sua intervenção referiu que o relatório de atividades de 2021 é uma cópia do de 2020, sendo elencadas 130 obras que já constavam na sua totalidade do relatório de atividades de 2020 e que dessas 130 obras, uma boa parte das mesmas ainda não foi sequer iniciada e cerca de 3 dezenas foram já concluídas em exercícios anteriores ao de 2021 (designadamente entre 2013 e 2020). De igual modo, referiu que, se no relatório de 2020 era referido o ano de conclusão destas obras, contribuindo para uma maior clareza, no de 2021 essa informação não é prestada. Ao nível das Receitas, a Sra. Deputada Ivone Santos manifestou a preocupação dos Srs. Deputados do PSD com o facto do grau de execução da receita, em 2021, se ter situado em 83,8%, valor inferior a 85%, bem como com a pesada carga fiscal a que os gaienses estão sujeitos, a qual não se justifica se se tiver em consideração os lucros registados pelo Município. A soma da receita fiscal com o valor da participação variável no IRS representa 59% da receita total e 77% da receita corrente. A Sra. Deputada Ivone Santos referiu que esta forte sobrecarga fiscal dos Gaienses é reconhecida no Relatório em apreciação quando é referido que a receita fiscal em Gaia representa 59,7% da receita cobrada líquida em 2020 e 57,7% em 2021, quando o peso médio da receita fiscal na receita autárquica, nos Municípios portugueses, é de 39,3% conforme Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2020. Em termos de despesas, a Sra. Deputada Ivone Santos manifestou a preocupação dos Srs. Deputados do PSD com a representatividade das despesas de funcionamento uma vez que as mesmas, conforme já referido, por diversas vezes, pelo PSD e reconhecido no próprio Relatório em apreciação, se tratam de despesas com carácter fixo e obrigatório. De igual modo, salientou que é a despesa de capital, desde que adequada, que potencia a criação de riqueza e é indispensável ao desenvolvimento e progresso do concelho no médio e longo prazo. Por fim, e com base nas preocupações referidas anteriormente, a Sra. Deputada Ivone Santos referiu que o Grupo Parlamentar do PSD vota contra o documento em apreciação. conforme documento em anexo (vide anexo nº26). ----------

Senhor Deputado Pedro Teixeira (PAN) relativamente ao ponto em apreço, congratulam pela assertiva gestão e controlo de contas. Deixa, algumas considerações que considera pertinentes, para o PAN que, será coerente com a votação de 2021 pelo que votaram contra, conforme documento em anexo (vide anexo nº27). ----------

Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE) referiu ter uma Declaração, que preparou antes desta reunião e que a ser enviada seria tal e qual conforme está, considera terem sido infelizes as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente a esse assunto. De seguida, passou a ler a Apreciação do BE relativamente a este Relatório de Atividades e Conta de Gerência, focando a boa situação financeira do Município, no entanto, discordavam de algumas opções nomeadamente a não introdução da tarifa social

automática da água, o não alargamento a todo o município das acessibilidades e da mobilidade sustentável entre outros, conforme documento em anexo (vide anexo nº28).----------

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS) disse ser aquela a casa da Democracia de Vila Nova de Gaia, sendo natural haver pensamentos diferentes e visões diferentes sobre realidade do Concelho. De seguida passou a tecer comentários relativamente ao documento em discussão, tendo feito algumas considerações a Mandatos anteriores, entre 2005/2013. De seguida teceu os devidos comentários ao quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2021, referindo que o Grupo Municipal do CDS-PP irá votar contra. ----------

O Senhor Presidente da Mesa disse ao senhor deputado já ter ultrapassado todo o tempo que tinha, não interrompeu antes e deixará terminar a intervenção pois não gosta de ser acusado, de algo que nunca houve nesta gestão autárquica, censura ou impedimento de alguém falar.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues referiu esperar que aquele debate tenha sido esclarecedor do estado em que todos se encontra, a oposição ou falta dela, não tendo sido interpelado, não tinha mais nada a dizer desejando apenas boa noite a todos.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.1.----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do PAN) 05 abstenções (02 da CDU, 02 do BE e 01 do CH). ----------

<u>4.2. da Ordem de Trabalhos</u> **Apreciação da "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens Relativos ao ano 2021, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, na alínea i) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro".----------**

Foi Apreciada a "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens Relativos ao ano 2021, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, na alínea i) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro". ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº29).----------

O Senhor Presidente da Mesa fez referência ao número inusitado de Propostas que hoje deram entrada e a organização do espaço da sala que não facilita a quem está na Mesa ver corretamente, existe este momento da Leitura da Minuta para se acertar votações, agradeceu ao senhor Deputado Tiago Braga a atenção que teve para com a votação do grupo Municipal da CDU e fez-se a alteração. A terminar, disse que se irá mexer na organização das bancadas de forma a ser rapidamente identificável a votação.----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram duas horas e 35 minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa em exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária, em exercício



(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal



(Albino Pinto de Almeida)

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 01

Original da Sessão ordinária da AM de 28 de Abril de 2022

Manuel A. Costa Cruz
Rechosa,399
4410-222 – CANELAS, VNG

Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2011

Senhor presidente da Mesa, estimado amigo dr. Albino Almeida e respetivos secretários,
Senhoras e senhores deputados municipais e senhoras e senhores presidentes das juntas de freguesia ou das suas uniões,
Senhor presidente da Câmara e caro amigo prof. dr. Eduardo Vítor Rodrigues e senhoras e senhores vereadores,
Funcionários desta Assembleia, membros da Polícia Municipal e representantes da Comunicação Social,
Caras e caros gaienses,

A todas e a todos os meus mais respeitosos cumprimentos, depois de tantos meses de ausência desta Assembleia Municipal, que vejo de cara lavada e bem mais airosa para todos nós.

Os cravos vermelhos do 25 de abril ainda não murcharam, neste dia em que o ditador que dominou o nosso país durante mais de 40 aos, Oliveira Salazar faria 133 anos. Não me deixa saudades e se o trago à memória é pelo facto de que um outro ditador, incomparavelmente mais tirano, para mim o maior criminoso deste século, estar a martirizar de forma horrenda o povo de um país seu vizinho.

Pensava eu, e, talvez cada um nós, que esta barbárie não aconteceria após os anos de sofrimento que o Mundo sofreu com o malfadado Covid 19, ainda não debelado totalmente.

Até onde pode chegar a maldade do ser humano? Qual o seu limite?

Impossível de prever, pois a sede do ser, do ter e do poder, continuam sem que se vislumbre sinais de respeito, de solidariedade e de Paz.

É este o meu desabafo que aqui deixo, enquanto cidadão livre e mas que já sofreu as agruras de poderes únicos.

Viremos a página, para dizer que embora afastado deste fórum político, não tenho estado ausente do que se vem passando neste nosso Município, nem no País.

Neste, com novo governo e de maioria absoluta, espero e desejo que não defraude a confiança, que pelo voto grande parte dos portugueses nele depositou, pois se o não fizer, corremos bem o risco de termos pela frente um futuro de horizonte bastante escuro.

Desta Mea Villa de Gaya, apesar de tudo, tenho verificado crescimento em grandes investimentos com a participação de capitais próprios e de alheios, estatais ou privados, que poderão trazer mais benefícios ao gaienses dentro de pouco anos.

Mas isto não pode permitir que degustemos em mesa farta, quando ao lado ainda há quem nem mesa tenha.

Refiro-me, particularmente, à rede viária em algumas das nossas freguesias, a necessitarem de atenção urgente. Não vou dizer quais, pois quer as juntas de freguesia de Canelas, de Arcozelo e de Gulpihares – só me refiro a estas por hoje - quer a Câmara devem saber melhor do que eu quais são.

Vou terminar, para falar dos Carvalhos, se quiserem de Pedroso.

As novas rotundas em Moeiro vieram, em boa verdade, facilitar o trânsito rodoviário. Mas aqui, deixo uma pergunta ao senhor presidente da Câmara:

-Não estava projetada uma ligação nova para a Escola Preparatória?

Falo da Feira renovada. Mais ampla, mais airosa, a necessitar apenas de mais feirantes e clientes. E que pena tenho eu, que a "cegueira" anti-Carvalhos de anteriores autarcas de freguesia e do concelho nunca tenham feito, pelo menos, a ligação entre as ruas da Igreja e Gonçalves de Castro, via avenida Santos Costa.

E fecho com duas notas:

O adiamento das obras da Unidade de Saúde dos Carvalhos que espero não seja muito mais longo e o do reconhecimento público feito em 25 de Abril a uma cidadã natural dos Carvalhos e que se notabilizou, quase anonimamente, como uma das melhores cientistas na Medicina em Portugal, precocemente desaparecida, a prof. doutora Margarida Carvalho Lima.

O seu currículo deve ter surpreendido a maior parte dos presentes na sessão solene no edifício da junta de Pedroso, tal a sua grandeza profissional e científica.

Porque o não pude fazer na cerimónia, quero aqui deixar o meu obrigado ao presidente Filipe Lopes pela homenagem, já que era minha familiar direta.

Com renovação de cumprimentos e desejos de bem-estar para todos, um até breve do

Manuel Cruz

ANEXO II

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 18/04/2022
Documento Nº 2

VOTO DE LOUVOR

Dinâmica de Apoio Solidário ao Povo Ucraniano

No dia 24 de fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia, a Europa viu de novo a necessidade de amparar cidadãos europeus refugiados, na sua grande maioria mulheres e crianças, que fugiam do conflito, procurando algum bem-estar em povos vizinhos, ou tentando encontrar família que os albergasse.

Portugal, que tem uma comunidade ucraniana na sua grande maioria bem integrada no País, não fugiu à regra, e, apesar da distância, tem vindo a receber as famílias que desejaram vir viver este período medonho das suas vidas em Portugal.

O Alto Comissariado para as Migrações criou de imediato uma dinâmica de acolhimento que prevê uma estratégia de facilitação, dispensando a necessidade de visto, simplificando a aquisição dos documentos nomeadamente número de identificação da segurança social, de identificação fiscal e de utente, de modo a que os cidadãos ucranianos possam rapidamente inscrever-se no Centro de Emprego, usufruir das regalias sociais, bem como do atendimento quer a nível dos Cuidados de Saúde Primários quer a nível hospitalar. Estima-se que até à data terão sido concedidos cerca de 32 700 vistos de proteção temporária a refugiados ucranianos.

Foram criadas equipas multidisciplinares que acompanharam estas famílias visando encontrar individualmente a melhor solução possível para cada família. Não foi negligenciado o ensino da língua portuguesa e foi providenciada a inscrição das crianças em escolas portuguesas.

Situações especiais, como as de crianças que vieram sem companhia de nenhum familiar adulto, ou crianças órfãs que vieram acompanhados dos seus cuidadores, foram acauteladas de forma a verificar não se tratar de nenhuma situação de tráfego ou maus tratos de menores.

Outra situação especial foi a das grávidas de gestações de aluguer, cada vez mais procuradas por casais com infertilidade, que viram simplificado o registo dos seus bebés pelos pais portugueses. Um pouco por todo o País tem havido partos de grávidas refugiadas, de maior risco pela pouca vigilância e falta de condições de salubridade nas últimas semanas de gravidez.

Foram imediatamente disponibilizadas quer a nível das Câmaras quer a nível de Particulares, alojamentos condignos para receber estes refugiados, por um período que muitas vezes foi encurtado pelo reencontro com familiares que os acolheram. A recolha de bens de primeira necessidade e de medicamentos excedeu todas as expetativas.

Mas ao mesmo tempo que esta dinâmica governamental foi implementada, muitos particulares, com laços familiares ou outros à Ucrânia ou mesmo sem qualquer ligação que não fosse a sua indignação e empatia de cidadão para cidadão europeu, organizaram-se para recolher refugiados da Polónia e outros países, e trouxeram-nos e orientaram-nos localmente.

Toda esta dinâmica dum Povo que apoia outro Povo merece louvor.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em sessão ordinária no dia 28 de Abril de 2022, louva a forma rápida, eficaz, solidária e eficiente como as Instituições e o Cidadão Particular se mobilizaram em apoio ao povo ucraniano, contribuindo de forma irrefutável para a sua boa integração e para minimizar esta população tão fustigada pela guerra.

Vila Nova de Gaia, 28/04/2022

Grupo Municipal do Partido Socialista

Dra Fátima Meneses Figueiredo

ANEXO III

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

SSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
ocumento Nº 3

VOTO DE CONGRATUÇAÇÃO

Abertura da Nova Maternidade do CHVNGaia/Espinho

No dia 8 de março de 2022, o Dia Internacional da Mulher teve em Gaia uma razão acrescida para fazer sorrir as Mulheres e Crianças da região: a inauguração do novo espaço a elas dedicado no CHVNGaia/Espinho.

De facto, a Unidade I do Centro Hospitalar, no piso 3 do seu novo edifício, designado por "Hospital da Mulher e da Criança", dedica uma área de 8000 metros quadrados, pensada e projetada para o futuro, numa lógica de equidade de acesso e de respeito pela individualidade das parturientes e crianças, e suas famílias.

Em 1979, quando foi implementado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os nossos indicadores de saúde eram dos piores da Europa. A consequência da dinâmica daí decorrente foi, segundo a OMS primeiro e o Professor Saugstad anos mais tarde, "*o milagre português*".

A criação do SNS levou a uma melhoria da esperança média de vida de 9,2 anos em 30 anos (1960-1991), com redução das taxas de mortalidade nos diferentes grupos etários: redução da mortalidade perinatal em 71%, redução de 86% na mortalidade infantil e redução de 96% na mortalidade materna (Organização Mundial de Saúde, OMS, 2008).

Esta melhoria extraordinária de todos estes indicadores decorreu dum investimento ímpar na qualificação dos profissionais envolvidos, na organização e diferenciação técnica de serviços, na implementação duma estratégia comum exemplar no País, de que decorre que desde 1997 todas as Unidades de Neonatologia trabalhem em conjunto. E podemos dizer com orgulho que fomos o primeiro País do Mundo a fazê-lo.

Desta dinâmica era prova o Serviço de Obstetrícia e a Unidade de Neonatologia do CHVNGaia/Espinho, mas desde a deslocalização do Serviço de Urgência para a Unidade I estes dois setores ficaram distantes dos exames complementares de diagnóstico no período noturno, e do bloco operatório e cuidados intensivos.

O transtorno era evidente, sobretudo no doente grave, e particularmente na população de recém-nascidos internados na Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais.

Esta abertura agora concretizada no passado dia 8 de março, projetada na fase C da requalificação do CHVNG/E, teve financiamento a 75% do FEDER- Norte 2020 e investimento quer a nível financeiro quer a nível político da Câmara Municipal de Gaia, com um empenho pessoal do seu Presidente Prof Eduardo Vítor Rodrigues desde a primeira hora.

A população gaiense, com cerca de 75 000 mulheres em idade fértil, tem agora um Serviço equipado e preparado para lhe prestar cuidados tão diferenciados como sempre foram, numas instalações físicas de alto nível que permitem à família acompanhar a grávida ou o filho doente mimetizando o ambiente do domicílio.

O Hospital da Mulher e da Criança, com 82 camas e 18 incubadoras, inclui Serviço de Urgência Obstétrica e Ginecológica, núcleo de partos com 9 salas de parto individuais, dois blocos operatórios, Unidade de Neonatologia com 14 boxes e 4 quartos de isolamento, 20 quartos individuais duplos no Serviço de Obstetrícia (que preveem alojamento condigno para grávida e acompanhante), internamento de Pediatria e internamento de Ginecologia.

Estas instalações foram pacientemente aguardadas pelos profissionais dedicados destes Serviços, mas tenho por certo que nem nos seus sonhos mais ambiciosos algum dia idealizaram tamanha qualidade e diferenciação no espaço agora alocado à Saúde da Mulher e da Criança em Vila Nova de Gaia.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em sessão ordinária no dia 28 de Abril de 2022, congratula-se pela abertura do Hospital da Mulher e da Criança do CHVNGaia/Espinho, cientes que todos os Gaienses se regozijam por este momento único em que uma nova Maternidade lhes dará todo o apoio, cuidados individualizados, orientados numa lógica de empoderamento do doente e da sua família.

Vila Nova de Gaia, 28/04/2022

Grupo Municipal do Partido Socialista

Dra Fátima Meneses Figueiredo

Anexo IK

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 4

VOTO DE CONGRATUÇAÇÃO
PRÉMIO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE 20 | 30



O Jornal de Negócios lançou uma grande iniciativa projetada a 10 anos e inteiramente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) das Nações Unidas.

O Prémio Negócios Sustentabilidade 20 | 30 visa reconhecer, inspirar, promover e divulgar o trabalho e a atuação de empresas e organizações, de norte a sul do país, que se distingam nas diversas áreas relacionadas com a sustentabilidade, dando-lhes visibilidade e destaque.

Contou com o Alto Patrocínio da Presidência da República.

Com um júri independente, pretendia-se valorizar os melhores casos de sustentabilidade em Portugal que se distinguem nas diferentes áreas da sustentabilidade: social, ambiental e económica, num total de 10 categorias.

Na área da Sustentabilidade social e na categoria "Bem-estar e cidades sustentáveis" são avaliadas as iniciativas, serviços ou produtos que promovam cidades sustentáveis e o bem-estar da comunidade.

O Município de Vila Nova de Gaia apresentou o projeto Meu Bairro, Minha Rua que visa o envolvimento e a participação ativa dos cidadãos na gestão do espaço público para resolução de microproblemas. O projeto, que foi lançado em 2019, e tem como horizonte chegar a 300 territórios do concelho de Gaia em 2024.

Um júri constituído por:

- ✓ José Manuel Pedreirinho, presidente do Ordem dos Arquitetos,
- ✓ Luísa Schmidt, socióloga e investigadora do ICS,
- ✓ Miguel Castro Neto, subdiretor da NOVA Information Management School e coordenador, NOVA Cidade - Urban Analytics Lab,
- ✓ Miguel Eiras Antunes, partner, Smart City, Smart Nation and Local Government da Deloitte,
- ✓ Paula Teles, CEO da Mobilidade PT;

Considerou o projeto apresentado pelo Município de Gaia, premiando-o como o mais valioso, por reconhecer a sua mais valia transformadora da vida das pessoas nos bairros da Cidade.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em sessão ordinária no dia 28 de Abril de 2022, congratula-se com a atribuição do Prémio Nacional de Sustentabilidade 20 | 30 – categoria "Bem-estar e cidades sustentáveis" ao projeto Meu Bairro, Minha Rua e aprova um voto de louvor ao trabalho realizado pelo Município de Gaia pela prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) das Nações Unidas.

Vila Nova de Gaia, 28/04/2022

Grupo Municipal do Partido Socialista

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 5

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

28 de Abril 2022

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Celebramos as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

O 25 de abril não é apenas uma data simbólica, mas representa um processo de transformação social que modelou o nosso presente de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de abril de uma forma mais próxima da "normalidade" pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a

manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todos e para todas.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 28 de Abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva João Martins

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28 / 04 / 2022
Documento Nº 6

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

28 de Abril 2022

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso", mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, depois de décadas de repressão do Estado Novo, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, ao trabalho e ao salário, bem como a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento do direito a férias cm subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa, e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional. Foram também consagrados o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Assinalar o 1º de Maio é também exigir a melhoria das condições de trabalho e a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, sugar os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Assim, a Assembleia Municipal de VNG reunida a 28 de Abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e a coragem de todos os homens e mulheres que se batem por dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva João Martins

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 4

Voto

Homenagem a Adriano Correia de Oliveira

Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 9 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em 16 de outubro de 1982, pelo que se completam 80 anos do seu nascimento, o que está a ser alvo de diversas iniciativas organizadas a nível nacional por parte de uma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que inclui concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país.

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, **Adriano** matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, onde teve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à Academia.

Adriano foi um músico português intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como "A Trova do vento que passa", espécie de hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar. Diversos álbuns foram editados pela Orfeu, desde 1967, como "Adriano Correia de Oliveira", "O Canto e as Armas", "Cantaremos", "Que nunca mais" e "Cantigas Portuguesas". Mas outros *singles* e EP's foram publicados antes e depois do 25 de Abril de 1974. Recebeu várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 28 de Abril de 2022, delibera aprovar um Voto de Homenagem a **Adriano Correia de Oliveira**, saudar as Comemorações do 80º aniversário, e apoiar o programa comemorativo organizado pela Comissão Executiva.

28.4.2022

Pela CDU,

Se aprovado, este Voto deverá ser enviado ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira.

XVIII

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 8

VOTO DE PESAR

Falecimento do Cidadão e Empresário Salvador Guedes

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia pretende associar-se à homenagem que é devida a Salvador Guedes.

Assim, por concordar na forma e na substância com o voto de pesar aprovado na reunião de Câmara de 18 de Abril, avoca aquele voto exortando esta Assembleia a confirma-lo.

"O dia 7 de abril de 2022 ficará marcado pela última reunião de trabalho de Salvador Guedes com a administração da família Sogrape. Foi com a intensidade de quem se dedica a causas e com a coragem de quem supera os obstáculos da vida, que um dos maiores empresários portugueses nos deixou o seu enorme legado.

O mistério da morte não tem consolação senão numa vida ímpar, cheia de marcas duradouras e de exemplos únicos. Só assim é alcançada a plenitude, ao mesmo tempo tornando únicas algumas pessoas, paradoxalmente que passam a estar partilhadas por todos. Único e de todos, ao mesmo tempo, foi e é o empresário Salvador Guedes.

Nascido em 1957, Salvador Guedes dedicou a sua vida profissional à empresa fundada pelo avô, Fernando Van Zeller Guedes, em 1942, a Sogrape.

Presidiu à empresa desde 2000. Mas, já antes disso, marcava a afirmação da Sogrape no país e no mundo, nomeadamente liderando a entrada da empresa no sector do vinho do Porto, através da aquisição da Ferreira, em 1987, da Offley, em 1996 ou a compra da Finca Flichman, na Argentina, em 1997.

A sua presidência ficou depois marcada pela aquisição da Sandeman, em 2002, da Framingham, na Nova Zelândia, em 2007, da Viña Los Boldos, no Chile, em 2008 e da Bodegas Lan, em Espanha (Rioja) em 2012, o último grande processo de internacionalização sob a sua liderança.

A maior empresa portuguesa do setor afirmou-se, cresceu e internacionalizou-se, mas Salvador Guedes nunca perdeu de vista o nome de cada um dos seus trabalhadores, mantendo bem vivas as suas raízes e justificando a admiração que estes lhe tributavam. Era o Salvador para muitos, o Salvador Guedes para outros ou o Dr. Salvador Guedes para o mercado. Mas, para todos, foi uma referência de empresário visionário e de gestor humanista.

A família era o seu enquadramento e a sua motivação, estendida à sua família Sogrape. Não abdicou de marcar presença até aos seus últimos minutos nas decisões da sua empresa. A mãe, a mulher, as filhas e demais família perdem-no fisicamente e também já não podem ficar com o seu legado em exclusivo. O Salvador tornou-se parte de todos e figura incontornável para inspirar futuras gerações de portugueses melhores.

Ele é referência para sempre, não pela morte, mas apesar da morte. E isso acontece, não porque o digamos ou queiramos, mas porque a sua vida se impôs e a sua figura se tornou perene.

Em 2012, mostrou mais uma faceta dos imortais, a coragem. Inspirou-se na doença para se dedicar aos outros, fundando a Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica, e dando novas perspetivas e visibilidade a esta doença maldita.

Resistiu até 2022, deixando um testemunho heroico e ímpar. Venceu a morte pelos seus feitos de vida e pela sua forma de ser. Os seus 64 anos de vida serão apenas uma pequena parcela do tempo que o seu exemplo inspirará. Não precisamos de muito mais; apenas de lhe seguir o exemplo.

Em Gaia, será lembrado no pavilhão municipal que ostenta o seu nome, ao lado da escola com o nome do seu pai, cerimónias que presenciou em vida, com o enorme sorriso nos olhos.

Será, mais tarde, perenizado pelo município com a presença na toponímia local e com o apadrinhamento, com o seu nome, da primeiro Bolsa municipal para jovens Gaienses estudantes de Pós-graduação ou Mestrado nas áreas empresariais, conforme regulamento específico."

Em conformidade, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia reunida em sessão ordinária no dia 28 de Abril de 2022 aprova por sua vez este Voto de Pesar que deverá ser enviado à sua família e à Sogrape.

Vila Nova de Gaia, 28/04/2022

Grupo Municipal do Partido Socialista

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28 / 09 / 2022
Documento Nº 9

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Voto de Recomendação

Criação da figura do Provedoria do Munícipe de Vila Nova de Gaia

Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Deputados,

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Vereadores,

Minhas Sras. e meus Srs.,

A Iniciativa Liberal vem pelo presente meio apresentar um voto de recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Eduardo Vítor Rodrigues e respetivo Executivo no sentido de criar, até ao final do presente mandato, a figura da Provedoria do Munícipe de Vila Nova de Gaia.

À semelhança do que acontece em outras autarquias, de onde se destaca o município do Porto, a Provedoria do Munícipe teria por função garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos munícipes perante os órgãos e serviços municipais e empresas municipais, com vista ao pleno exercício da sua cidadania.

Para o desempenho das suas funções, naturalmente, a Provedoria do Munícipe deveria dispor de uma dotação orçamental própria e correspondentes serviços de apoio técnico e administrativo.

Note-se que a atuação da Provedoria do Munícipe circunscrever-se-ia territorialmente ao município de Vila Nova de Gaia e seria de acesso gratuito aos cidadãos gaienses que a esta recorressem, manifestando total imparcialidade face aos órgãos municipais, partidos políticos e movimentos de cidadãos.

A Iniciativa Liberal e tal como emana do seu Programa Autárquico entende que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia deve pretender promover e fomentar a participação de todos os gaienses nos assuntos públicos, pelo que a Provedoria do Munícipe poderá assumir a função de um canal privilegiado de interação entre cidadãos e o Município de Vila Nova de Gaia.

Pelo exposto e ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Municipal, somos a apresentar o presente voto de recomendação nesta sessão, o qual, caso entenda a aprovação desta Assembleia, representará uma ponte entre os cidadãos gaienses e os órgãos, os serviços e as empresas municipais de Vila Nova de Gaia.

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2022

O Deputado Único da IL,

Rui Leite de Castro

Assinado por: RUI DE BRITO E CUNHA LEITE DE CASTRO
Num. de Identificação: 03682995
Data: 2022.04.27 11:31:31+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 18/09/2022
Documento Nº 10

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gaia
Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda
Reunião de 2018-09-13

Provedoria do Munícipe

Em 26 de Fevereiro passado o BE propôs a esta Assembleia a Criação da Provedoria do Munícipe. A Assembleia decidiu enviar a proposta para a Conferência de Líderes para melhor análise.

A Conferência de Líderes iniciou o processo de diálogo para a concretização desta proposta, manifestando todos os partidos uma postura cooperante. Por proposta do Presidente da AM, a Conferencia de Líderes encarregou o BE de reformular a proposta para a Conferência de Líderes seguinte. Aí passar-se-ia à fase das sugestões e propostas de alteração, levando à elaboração do texto final que seria trazido a uma sessão da Assembleia Municipal.

Entretanto, no Diário de Notícias de 19 de Abril e no Jornal de Notícias de 20 de Abril apareceu a informação atribuída ao Presidente da CM de que o lugar de Provedor do Cidadão seria criado até ao final do mês de Abril.

Face a esta notícia da comunicação social, o Bloco de esquerda comunicou ao Presidente da AM que suspendia provisoriamente a sua proposta, aguardando pelo desenvolvimento previsto.

De nosso conhecimento, e por informação telefónica da Câmara no dia de ontem, o cargo ainda não existe na data de hoje.

Assim,

- tendo em conta o atraso na implementação do cargo (que vem sendo anunciado desde a primeira candidatura do actual Presidente à Presidência da Câmara);
- e tendo em conta que a proposta do Bloco de Esquerda prevê a eleição do Provedor/a pela AM e não a sua designação pelo Presidente da CM, condição indispensável à independência do cargo;

voltamos a repor a nossa proposta inicial de criação de Provedoria do Munícipe com o intuito de que ela seja objecto de discussão e concretização.

Muito obrigada,

Luísa Ferreira da Silva

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gaia
2018-02-26

Proposta de criação da

PROVEDORIA DO MUNÍCIPE

DE VILA NOVA DE GAIA

Preâmbulo

A constituição da Provedoria do Munícipe inscreve-se numa estratégia política de reforço dos direitos dos cidadãos e das cidadãs e da sua participação activa na condução da coisa pública, numa perspectiva de democracia participativa e de modernização administrativa da gestão autárquica.

A institucionalização desta nova figura na vida da autarquia constitui, assim, um passo significativo na aproximação às populações e no incentivo à sua colaboração na resolução dos problemas, facilitando o exercício do direito à reclamação através de um serviço próximo, simples e de qualidade que garanta uma apreciação rápida e imparcial das reclamações, tendo em vista a solução dos problemas que as originam e a apresentação de propostas concretas de melhoria junto dos órgãos competentes.

A população poderá apresentar junto da Provedoria do Munícipe queixas ou reclamações relativas a decisões, a acções ou a omissões dos órgãos e serviços da autarquia, que serão apreciadas com isenção e independência. Embora sem poder decisório, a Provedoria dirigirá às competentes instituições, aos serviços visados e aos órgãos da autarquia as recomendações necessárias, com o objectivo de facilitar, resolver ou eliminar as situações objecto de queixa, solucionar diferendos ou corrigir as situações lesivas dos interesses dos cidadãos.

A Provedoria do Munícipe assumirá, portanto, uma missão de mediadora entre a população e os diferentes órgãos e serviços da autarquia.

Art.º 1º

Objectivo

É criada a Provedoria do Munícipe de Vila Nova de Gaia, uma instância consultiva autárquica independente, com o objectivo de apoiar a promoção do respeito pelos direitos de todos e todas as Munícipes e ajudar a eliminar gradualmente as barreiras à sua real efectivação.

Art.º 2º

Funções

1. A Provedoria do Munícipe tem como funções ouvir os Munícipes, recepcionar e reencaminhar as suas queixas e reclamações, verificar situações que possam afectar os seus direitos, elaborar relatórios e fazer recomendações à Câmara e à Assembleia Municipal relativas às acções e ao funcionamento dos serviços na perspectiva da defesa dos direitos e interesses que assistem aos Munícipes e outros utentes dos serviços prestados na área do concelho.
2. As queixas ou reclamações não carecem de qualquer formalidade especial, devendo no entanto ser apresentadas por escrito ou, sendo feitas oralmente, lavradas em auto assinado pelo queixoso ou reclamante.
3. A Provedoria não tem qualquer poder de decisão efectiva sobre as matérias em causa.
4. A Provedoria apresentará no mínimo uma vez por ano um relatório das suas actividades à Assembleia Municipal.

Art.º 3º

Âmbito de actuação

1. A Provedoria do Munícipe exerce a sua função no âmbito da actividade da administração da Câmara e da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia.
2. Relativamente a queixas ou reclamações que extravasem o âmbito de competências da autarquia, a Provedoria procederá ao seu reenvio para o Provedor de Justiça e para outra entidade que julgue competente sobre a matéria em causa.

Art.º 4º

Composição

1. A Provedoria do Munícipe é coordenada pelo(a) Provedor(a) do Munícipe.
2. Integrarão a Provedoria do Munícipe, sob coordenação do(a) Provedor(a), os(as) Provedores(as) Sectoriais que forem sendo decididos pela Assembleia Municipal.[1]

Art.º 5º

Eleição e duração do mandato

1. O(a) Provedor(a) do Munícipe é eleito(a) pela Assembleia Municipal, por proposta dos grupos municipais, de deputados independentes ou da Câmara Municipal.
2. Os(as) Provedores(as) Sectoriais são eleitos pela Assembleia Municipal, por proposta dos grupos municipais, de deputados independentes, da Câmara Municipal, do(a) Provedor(a) do Munícipe e/ou de organizações representativas do sector em causa.
3. Qualquer Provedor(a) pode ser demitido, a qualquer momento, por decisão da Assembleia Municipal.

[1] Por exemplo: Provedor(a) do Munícipe com Mobilidade Reduzida, Provedor(a) do Munícipe Cego ou Amblíope, Provedor(a) do Munícipe Surdo, Provedor dos Direitos dos Animais, etc.

4. Os mandatos dos(as) Provedores(as) não têm uma duração fixa, nem há limites à sua renovação, mas terminam com o fim de cada mandato autárquico. Imediatamente após a eleição de nova Assembleia Municipal, os mandatos dos(as) Provedores(as) serão objecto de votação, que os pode renovar ou substituir.

Art.º 6º

Remunerações, apoio e publicidade dos actos

1. Ao exercício dos cargos de Provedor(a) do Munícipe e de Provedores(as) Sectoriais não corresponde qualquer remuneração, seja a título de honorários, vencimentos, subsídios, senhas de presença ou ajudas de custo.
2. A Câmara Municipal providenciará o apoio logístico necessário para o exercício das funções da Provedoria: gabinetes, secretariado, comunicações e deslocações.
3. Os serviços da Câmara Municipal criarão uma secção própria da Provedoria no sítio da internet da autarquia, onde são tornadas públicas todas as queixas e reclamações recebidas, bem como as recomendações e os relatórios emitidos.

Art.º 7º

Direitos e obrigações dos(as) Provedores(as)

1. Os(as) Provedores(as) exercem o seu mandato com total independência face aos órgãos autárquicos do concelho, não podendo por isso nestes exercer qualquer função.
2. Os(as) Provedores(as) têm direito de acesso a toda a informação municipal necessária para o cabal exercício das suas funções, a ser prestada de forma célere e diligente pelos serviços municipais.
3. Os(as) Provedores(as) terão um cartão especial de identificação, emitido pela Câmara Municipal.
4. Os(as) Provedores(as) têm direito a apoio das autoridades para o exercício das suas funções e apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício dessas funções.

Anexo XX

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 11

Grupo Municipal

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Exmo. Sr. Presidente da Mesa;

Exmo. Sr. Presidente do Executivo;

Sras. e Srs. Vereadores;

Sras. e Srs. Deputados;

Comunicação Social;

Polícia Municipal;

Público em Geral,

Recomendação

Construção de Monumento do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes

Em diversos conflitos ao longo da nossa história, tais como a Guerra de 1961 a 1974, milhares de homens originários de Vila Nova de Gaia foram chamados a combater em contendas que marcaram a nossa história e sociedade até os dias de hoje. Destes milhares de homens, e só entre 1961 e 1974, 95 perderam a vida e muitos outros ficaram irremediavelmente afetados física e psicologicamente, levando também esse sofrimento para junto das suas respetivas famílias. É pois, um ato de justiça e de dignidade, homenagear aqueles que como Combatentes serviram Portugal e que foram tantas vezes deliberadamente esquecidos e abandonados.

Assim, e visto só existirem no Concelho pequenos padrões de homenagem aos Antigos Combatentes oriundos de algumas freguesias, o Grupo Municipal do Partido CHEGA, propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua reunião ordinária de 28 de Abril de 2022, delibere recomendar ao executivo da Câmara Municipal que inicie o mais brevemente possível, um estudo com vista à construção de um Monumento que represente todo Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes.

Um Monumento deste tipo exerce uma ação cultural, pedagógica e de agradecimento a todos aqueles que se sacrificaram, que deram tudo, muitas das vezes a própria vida por Portugal, para além de traduzir de uma forma simples mas duradoura e pública, o reconhecimento de Vila Nova de Gaia a todos esses Combatentes.

Que a presente recomendação seja remetida à Secretária de Estados dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes do Ministério da Defesa Nacional, Liga dos Combatentes, e Associações e Movimentos Cívicos de Antigos Combatentes do Concelho de Vila Nova de Gaia.

Vila Nova de Gaia, 28 de Abril de 2022

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!



SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 19

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

Recomendação

Acolher as pessoas refugiadas sem as separar dos seus animais de companhia

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no final do mês de março, no âmbito da agressão da Rússia à Ucrânia e da guerra daí resultante já eram mais de 4 milhões de pessoas em fuga. Estima-se que quase 6,5 milhões de pessoas estejam deslocadas dentro do território ucraniano.

No nosso país, e segundo os dados do SEF, no final do mês de março tínhamos já recebido mais de 20.000 refugiados.

Na Europa Ocidental, a situação dos refugiados ucranianos, também levou a uma enorme onda de solidariedade. A esmagadora maioria das pessoas refugiadas ucranianos são mulheres e crianças. Trata-se do maior êxodo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em Portugal, apesar da abertura que temos mostrado para acolher e receber pessoas refugiadas, têm sido narrados alguns episódios em que se solicita às pessoas refugiadas, que se separem dos seus animais de companhia. Estamos a falar de pessoas refugiadas que tiveram que abandonar tudo e fugir da maneira que lhes foi possível. Estamos a falar de pessoas que, na hora de deixar tudo para trás, sabiam que os seus animais não poderiam ficar para trás. Temos conhecimento de que há situações, em que por boa vontade de ONG ou de famílias as pessoas têm sido acolhidas com os respetivos animais.

Infelizmente, estes episódios não constituem uma surpresa, uma vez que as vítimas de violência doméstica e as pessoas em situação de sem abrigo, no nosso país, passam pelo mesmo e, por isso propusemos, no âmbito do OE 2021 que se adaptassem aquelas casas abrigo. Tendo tido a concordância do Governo e aprovado na Assembleia da República ficou inclusivamente inscrito no artigo 137º do OE. Falta apenas concretizar.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

É incompreensível que depois de todas as situações traumáticas que estas pessoas e animais passaram, de terem mostrado a importância que os animais têm nas suas vidas, de nunca os terem abandonado, seja no nosso país que tal lhes é sugerido.

Para além do abandono de animais consubstanciar um crime, entendemos que o poder local deve fazer tudo ao seu alcance para garantir que as pessoas refugiadas não são forçadas a separar-se dos seus animais de companhia. Isto é, o poder local, em articulação com o Governo, deve prestar o apoio necessário às pessoas e aos animais acolhidos no nosso país.

Na verdade, sabemos, em concreto, de algumas situações que sucederam em Vila Nova de Gaia em que os refugiados tiveram de se separar dos seus animais de companhia em virtude de estes não serem aceites nos alojamentos que lhes foram atribuídos.

Simultaneamente, e não menos importante, é a questão do controlo sanitário que deve ser meticulosamente pensado, organizado e implementado devido ao risco que a Ucrânia representa no que diz respeito à raiva, doença ainda existente neste país, ao contrário do que sucede em Portugal, de onde se encontra erradicada desde 1961.

Depois da simplificação ou isenção de procedimentos relativos a animais de companhia de refugiados ucranianos que entrem em território da União Europeia, existe agora necessidade imperiosa de estabelecer outros procedimentos após a entrada em território nacional destes animais.

A ideia é que as autarquias, em conjunto com as autoridades sanitárias locais façam o controlo dos animais a montante, sem levantar obstáculos à entrada das pessoas e seus animais de companhia, garantindo ao mesmo tempo que o controlo sanitário seja feito de forma gratuita.

Não obstante os médicos veterinários municipais terem a indicação, pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, dos procedimentos a tomar (colocar um microchip, vacinar contra a raiva e, após 30 dias, colher sangue para titulação de anticorpos e, se o resultado for favorável, determinar a permanência dos animais na referida quarentena domiciliária por mais 3 meses a contar da data do referido exame) sabemos que o número destes profissionais é manifestamente insuficiente, pelo que

se torna essencial que os veterinários privados tenham também a indicação, por parte das autarquias, para se disponibilizarem.

É, pois, muito importante que os municípios transmitam a estas pessoas que elas têm o direito à profilaxia gratuita.

É muito importante que os refugiados ucranianos se dirijam às autoridades veterinárias competentes para que se possa fazer um controlo adequado, mas para isso não podem, em nenhuma situação, ter receio que os animais lhes possam ser retirados. Para isso é preciso existir um procedimento adequado, ágil e informado que o torne eficaz.

Assim, o PAN vem propor que, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 28 de abril de 2022 delibere recomendar ao executivo municipal que:

1 - se encete todos os esforços por forma a garantir que no concelho de Vila Nova de Gaia se implementem as políticas necessárias, mormente no capítulo do alojamento, para acolher as pessoas refugiadas sem as separar dos seus animais de companhia, dando assim também resposta às necessidades de controlo sanitário, nomeadamente à quarentena prevista;

2 - se criem condições de atendimento no Centro de Recolha Oficial de Animais para se poder efetivar e forma eficaz os procedimentos sanitários recomendados;

3 – se elaborem protocolos com os médicos veterinários privados, aos quais os refugiados possam recorrer de forma gratuita, com o objetivo de oferecer celeridade aos referidos procedimentos;

4 – que seja elaborada no sítio da Câmara Municipal uma página, tal como já existe para as pessoas, com toda a informação médico-veterinária necessária aos refugiados detentores de animais de companhia.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
e-mail: amgaia@pan.com.pt

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2022

O Grupo Municipal

do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Pedro Ribeiro de Castro

(Deputado Municipal)



Documento original constituído por 4 páginas

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
e-mail: amgaia@pan.com.pt

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 13

Partido Popular

CDS – PP

Grupo Municipal

CDS-PP

Exmo. Senhor
Dr. Albino Almeida
Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Assunto: Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no sentido de ser atribuída Medalha de Mérito Municipal ao Dr. Miguel Graça.

Por ocasião das celebrações do Dia do Município, a 20 de junho, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, e o seu executivo, dão honra à tradição de distinguir pessoas e instituições que se destacaram nas suas vidas profissionais ou pessoais, ao serviço do município ou da humanidade.

É costume distinguir gaienses que se tenham destacado e levado o nome de gaia mais além, interna ou externamente, e que tenham contribuído para a expansão do bom nome da nossa terra.

É com muito orgulho que apresento a vossas excelências esta proposta de recomendação, no sentido de a entregar à Câmara Municipal não em nome do meu partido, mas em nome de toda esta Assembleia Municipal.

Somos então a recomendar a atribuição de Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, preferencialmente já no próximo dia 20/06/2022, ao Dr. Miguel Graça, pelas razões que a seguir se descrevem de uma forma reduzida:

1.ª Miguel de Agorreta de Alpuim Gagliardini Graça nasceu em Mafamude, Vila Nova de Gaia a 14/05/1971, desempenha as funções de "Special Assistant" no "Executive Office" do Secretário Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque desde 01/01/2017;

2.ª É o Diretor do Gabinete Executivo do Secretário-Geral da ONU, Eng.º António Guterres, e até ao momento, é o gaiense com o mais elevado posto diplomático e representativo a nível mundial;

3.ª Propomos e recomendamos a atribuição desta Medalha de Mérito Municipal pelo facto de considerarmos notável o percurso profissional deste gaiense, que esperamos e desejamos, venha a inspirar muitos jovens e menos jovens da nossa terra, mostrando como é que um de nós conseguiu atingir patamares que muitos desconheciam ou julgavam impossíveis, apenas por Mérito, Trabalho e Competência;

4.ª **Em termos académicos:**

- Em 1994, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, no Porto;
- Em 2004, obteve pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa;

5.ª **Profissionalmente:**

- Trabalhou como advogado de dezembro de 1994 a dezembro de 1997;
- Em Junho de 1997 concorreu e foi aprovado no concurso de Adido de Embaixada;
- A 08/09/2001 foi nomeado Adjunto Diplomático do Primeiro-Ministro;
- A 23/08/2004 foi colocado na Missão Permanente de Portugal junto da ONU, em Nova Iorque;
- Foi Vice-Presidente da 1.ª Comissão (Desarmamento e Segurança Internacional) da Assembleia-Geral das Nações Unidas (63.ª sessão);
- Foi colocado na Embaixada de Portugal em Maputo, a 26/01/2010;
- E a 18/07/2011, foi nomeado Adjunto Diplomático do Ministro da Defesa Nacional;
- Foi Diretor de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, de 02/08/2013 a 31/10/2016;
- Entre 06/10/2016 e 31/12/2016, foi Chefe de Gabinete do Secretário Geral das Nações Unidas designado, Eng.º António Guterres;
- E desde 1 de Janeiro de 2017 que ocupa o cargo de Diretor do Gabinete Executivo do Secretário-Geral da ONU;

- Por despachos conjuntos do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 de janeiro de 2019, foi promovido à categoria de Ministro Plenipotenciário de 2.ª classe da carreira diplomática, o então Conselheiro de Embaixada, Miguel de Agorreta de Alpuim Gagliardini Graça.

6.ª Ao longo da sua carreira, recebeu ainda, as seguintes **distinções de mérito profissional**:

- Louvor do Primeiro-Ministro, em 05/04/2002;
- Louvor do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em 09/10/2003;
- Louvor da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em 28/06/2004;
- Louvor do Ministro da Defesa Nacional, em 26/07/2013;
- Medalha de Defesa Nacional, atribuída em 26/07/2013;
- Reconhecimento de Desempenho pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em 14/11/2014.

Se por motivos de agenda, ou outros de força maior, não for possível a atribuição desta distinção na próxima comemoração do dia do município, a 20/06/2022, fica desde já efetuada, também, a proposta para que esta distinção seja atribuída no próximo ano de 2023.

Com os meus melhores cumprimentos,

Vila Nova de Gaia. 28 de Abril de 2022

O Líder do Grupo Municipal

(Luís Miguel Nogueira)

A Nexo XXIII

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 14

Grupo Municipal

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Exmo. Sr. Presidente da Mesa;

Exmo. Sr. Presidente do Executivo;

Sras. e Srs. Vereadores;

Sras. e Srs. Deputados;

Comunicação Social;

Polícia Municipal;

Público em Geral,

Voto de Condenação Pela Invasão Russa da Ucrânia

No passado dia 24 de Fevereiro, a paz na Europa e no mundo foi brutalmente posta em causa pela invasão da Federação Russa, da Ucrânia. Subitamente, situações, atos e imagens que julgávamos completamente ultrapassadas numa Europa moderna, de paz e de progresso, tornaram-se o dia a dia das nossas vidas, dando razão a Gilbert Chesterton quando dizia que: "um dos primeiros erros do mundo moderno é presumir, profunda e tacitamente, que as coisas passadas se tornaram impossíveis".

O reconhecimento russo das duas repúblicas separatistas da Ucrânia, bem como a bárbara agressão e invasão do resto do País, violam claramente os acordos de Minsk e põe em causa a integridade territorial da Ucrânia. Mais, coloca a Europa e o mundo perante uma perigosíssima crise económica e militar que pode escalar, a qualquer momento, para um patamar onde é a própria existência da humanidade, tal qual a conhecemos hoje, que é posta em causa.

A Ucrânia é um Estado livre, soberano e independente. A invasão em curso por parte da Rússia é um ato bárbaro, ilegal, ilegítimo e imoral que viola todas as regras do Direito Internacional. A hipotética ameaça da NATO à Rússia não justifica de forma alguma esta invasão. Como é que se ameaça um país de 17 milhões de quilómetros quadrados e com

mais de 4.000 ogivas nucleares? A Soberania e a Integridade territorial das Nações são pilares fundamentais da Democracia, e devem por isso ser invioláveis, devendo ser preservadas e protegidas a todo custo, nos termos do Direito Internacional.

São nestas horas negras, nestas horas de trevas, que todos nós temos que reafirmar os nossos valores, tanto coletiva, como individualmente, e de forma inequívoca defender a paz, a segurança, e o respeito internacional pela Democracia e pela Liberdade.

Devemos ter bem vincado que os atos hostis e bélicos da Rússia para com o povo da Ucrânia não são só uma agressão contra eles, contra o povo Ucraniano, mas antes uma agressão a todos nós, uma agressão inaceitável aos valores basilares que constituem a nossa civilização.

Os ucranianos sofrerão primeiro, como agora estão a sofrer. O povo russo virá a seguir. Mas o mundo inteiro sofrerá também, enfrentaremos uma enorme crise humanitária e uma grave recessão económica, justamente na fase em que o mundo começava a sair da crise da COVID-19.

A condenação da agressão do governo russo ao povo ucraniano deve ser por isso inequívoca por parte de todos os regimes livres e pessoas de bem, sem qualquer tipo de hesitações.

Temos em Portugal, e mais concretamente no nosso Concelho, uma comunidade muito significativa de ucranianos. Devemos demonstrar toda a nossa solidariedade, preocupação e apoio para com eles e para as suas famílias que estão na Ucrânia, sentindo na pele o horror da guerra.

Assim, vem o Grupo Municipal do CHEGA propor que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua Sessão Ordinária do dia 28 de Abril de 2022, delibere:

1. Condenar veemente a invasão russa da Ucrânia;
2. Guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas deste conflito;
3. Reafirmar o seu total apoio e solidariedade para com o povo Ucraniano;
4. Reafirmar a Soberania, a Independência política, a unidade e a integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas;
5. Enviar a presente deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Embaixada Ucraniana em Portugal.

Vila Nova de Gaia, 28 de Abril de 2022

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Jorge Pereira

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De 28/04/22
Documento Nº 15

Moção

Pela Paz

É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista e defender a Paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra seja ela qual for. A morte, a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e deve ser forte razão para que esta seja evitada. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida que se concentrem os esforços de todos os que defendem a Paz.

A única saída para este conflito que passa pela retirada das tropas russas do território da Ucrânia, pela defesa de conversações de Paz que estabilizem a relação entre os dois países e confirmem o carácter neutral da Ucrânia na arquitectura de segurança europeia.

Nas últimas décadas a guerra voltou ao solo europeu, primeiro com a Guerra da Jugoslávia, agora com a guerra na Ucrânia. Ambos são exemplos de como permanece a mentalidade de blocos militares e esferas de influência, causando sofrimento, morte, dor e medo na Europa.

Os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, quer ocorram na Ucrânia, no Iraque, no Afeganistão, Líbia, no Iémen, ou na Palestina.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7º, determina um posicionamento fundamental nas relações internacionais que deve guiar a intervenção do Governo Português neste conflito: "Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos". O Governo Português deve concentrar a sua acção para contribuir para a desescalada do conflito que paira sob a ameaça de uma guerra nuclear.

A Paz é um valor que se transmite, que se ensina, que se educa até se sentir. Neste momento, o apelo à Paz faz um sentido fundamental. Temos assistido ao fim de importantes tratados de desarmamento, particularmente de armas nucleares. Temos razões para estar alarmados, não apenas com o conflito da Ucrânia, mas a propósito da vulgarização da guerra como forma de resolução de conflitos entre Estados ou estabelecimento de domínio geo-estratégico sobre recursos naturais.

A multiplicação de conflitos, a corrida aos armamentos, o acicatar das rivalidades regionais e imperialistas é motivo de sublinhada preocupação. Por isso apresentamos a seguinte Proposta de Moção:

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 28 de Abril de 2022:

- Manifesta a solidariedade com todos os ucranianos atingidos por este conflito; e valoriza as iniciativas junto da comunidade ucraniana para apoiar a necessidade extraordinária de acolhimento de refugiados;
- Apela ao Governo Português que actue neste delicado contexto em defesa do preconizado na Constituição da República Portuguesa, contribuindo para o desanuviamento do conflito;
- Valoriza o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia ao "Leilão Solidário com o Povo Ucraniano" promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e pelos Artistas de Gaia, e o apoio aos "Concertos pela Paz" que o CPPC tem promovido ao longo dos anos, no sentido de contribuir para a difusão dos valores da Paz e do desarmamento;
- E manifesta o seu pesar por todas as vítimas da violência e da guerra que desde 2014 decorre na Ucrânia, respeitando um minuto de silêncio em sua memória.

28.04.2022

Pel'A CDU,

GAIA PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ANEXO
SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 16

Moção

O grupo parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia pretende, com esta moção, manifestar a sua solidariedade para com o povo ucraniano. A invasão de que a Ucrânia foi vítima, ao arrepio dos mais elementares princípios do direito internacional, é inadmissível e configura um crime que julgáramos impensável na Europa no século XXI.

Determinada por forças imperialistas que não respeitaram a autonomia do povo ucraniano e o seu desejo de aproximação à North Atlantic Treaty Organization (NATO), ao considerarem que a Ucrânia e o Ocidente tinham "cruzado uma linha vermelha" na sua zona de influência, a invasão da Ucrânia provocou, em dois meses de conflito, cinco milhões de refugiados, dezenas de milhares de mortos e feridos, muitos mais traumatizados pela guerra, milhões de deslocados internamente e um número incerto de deportados para lugares longínquos, algures na Rússia, além de uma imensa destruição de património material, social e cultural.

Recentemente, Volodymyr Zelensky declarou que a guerra já custou 600 mil milhões de dólares à Ucrânia, uma verba que é pouco inferior ao quádruplo do PIB da Ucrânia em 2020 (155 mil milhões de dólares). As últimas estimativas apontam para a danificação ou mesmo destruição de 32 milhões de metros quadrados de espaço habitável, mais de 1.500 escolas e instituições de ensino, mais de 350 instituições de saúde, 2.500 quilómetros de estradas e quase 300 pontes. A maioria destas infraestruturas ficam nas cidades de Mariupol, Volnovakha, Okhtyrka, Chernihiv, Borodyanka, mas também em dezenas de outras cidades e vilas.

O PSD, sendo um partido humanista e profundamente respeitador da Democracia e do Direito Internacional, não poderia deixar de repudiar o comportamento da Rússia.

Cientes de que a Ucrânia irá necessitar de uma grande solidariedade internacional, e de que a recuperação dos estragos causados no seu país será muito demorada e onerosa, e porque entendemos que às manifestações orais ou escritas de solidariedade são contributos insuficientes na ajuda ao povo ucraniano, vimos:

1. Apoiar e expressar a nossa congratulação com a campanha "Somos Todos Ucrânia" lançada pelos municípios do Porto, Gaia e Matosinhos.
2. Manifestar o nosso apoio a um eventual reforço das verbas destinadas pela Câmara Municipal de Gaia ao objetivo de apoiar os refugiados da Ucrânia.
3. Propor, sem prejuízo de outras iniciativas a serem organizadas neste domínio, que a Câmara Municipal de Gaia promova um concerto de verão, no concelho de Gaia, em cada um dos quatro anos incluídos no período de 2022 a 2025, cuja receita reverta a favor do povo ucraniano e possa constituir uma ajuda na premente reconstrução do seu património.
4. Apoiar as iniciativas do governo de Portugal no sentido de contribuir de forma solidária para a recuperação da Ucrânia e/ou defender nas instâncias europeias uma posição similar.

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2022

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Deputado Municipal

Fernando Almeida (Prof. Doutor)

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 17

Proposta

Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030

(PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030)

I

Está neste momento em processo de consulta pública até ao dia 12 de Maio, o Projecto de Resolução do Conselho de Ministros que aprova o PENSAARP 2030 (https://participa.pt/pt/consulta/projeto-de-resolucao-do-conselho-de-ministros-que-aprova-o-pensaarp-2030)

Este Plano é de uma grande importância para o sector das águas e saneamento, pois pretende definir os princípios e orientações deste sector para os próximos 10 anos. O abastecimento de água e a gestão de águas residuais a que se pretende acrescentar agora a componente das águas pluviais é de grande relevância para a vida quotidiana. Pelo que representa do ponto de vista da criação de condições para a melhoria do bem estar e das populações, pelo elevado número de trabalhadores que envolve, pelos efeitos que provoca a nível da gestão de recursos hídricos, ainda mais significativo quando se vive em ambientes de recorrente escassez. E, ainda, pelo elevado volume de rendimentos gerado, no montante de 2, 5 mil milhões de euros em 2020, tendo o investimento acumulado entre 1993 e 2020 sido de 13,2 mil milhões, perspectivando-se que nos próximos dez anos o investimento previsível andará entre os 3,5 e os 6,6 mil milhões de euros.

Importa por isso efectuar algumas considerações sobre o conteúdo, sobretudo em torno dos seus aspectos mais marcantes.

Debruçando-se o documento sobretudo a partir de 1993, não se pode esquecer o relevante trabalho desenvolvido pelas autarquias locais na generalidade do País, que na sequência da Revolução de Abril assumiram o abastecimento de água e a construção de redes de esgotos

como prioridades da sua actuação, contando muitas vezes com o trabalho voluntário das populações, o que se traduziu numa melhoria substancial da qualidade de vida.

As alterações verificadas a partir de 1993 tiveram como característica principal a procura da captura e expropriação desta competência aos municípios com a separação entre a alta e a baixa e a criação dos sistemas multimunicipais, passando o Estado a assumir esta competência, abrindo caminho à transformação deste sector num negócio, correndo-se sempre o risco da sua privatização, que já esteve nas intenções de diversos governos e que já aconteceu no sector da gestão dos resíduos urbanos

A intervenção autárquica deve ser balizada, neste domínio, pelos seguintes princípios:

- A garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis;
- O respeito pela autonomia local, tendo em conta o quadro constitucional e o quadro de competências das autarquias locais, considerando-se aqui a dupla perspectiva de ser cada município a deter a responsabilidade da gestão em baixa, devendo os sistemas multimunicipais serem transformados em parcerias com titularidade municipal;
- Impedir a transformação da água num negócio, a pretexto duma pretensa atribuição de valor ao recurso água com pretextos de natureza ambiental, mas hipervalorizando a componente financeira;
- Garantir a acessibilidade económica e física dos utilizadores.

E devendo assumir-se como prioridades da intervenção:

- Assegurar a eficiência hídrica, sendo este o nó górdio que há que desatar no sector.
- Garantir a qualidade do serviço a prestar.

II

O documento em consulta pública apresenta, a nível da sua visão e objectivos estratégicos, o top 3 dos objectivos extremamente importantes (de entre 4 objectivos globais e 20 objectivos

específicos), a saber: sustentabilidade económica e financeira; governo e estruturação do setor (sustentabilidade estrutural do setor); e sustentabilidade infraestrutural. A eficiência hídrica aparece mencionada em quarto lugar. Esta questão tem depois expressão nas medidas e incentivos (no total 85), tendo sido também apresentado o top 15 das mesmas, das quais sublinhamos as cinco primeiras: consolidação da política tarifária nas entidades gestoras; melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras; reforço do compromisso dos diversos órgãos políticos; reforço do compromisso das entidades gestoras de titularidade municipal; e reforço do compromisso do regulador de serviços. A reabilitação de infraestruturas surge em nono lugar e a redução de perdas de água nos sistemas em décimo primeiro.

Pelo exposto está claramente indicado para onde pretendem que o sector das águas se deve encaminhar, utilizando como documento orientador este Plano, que depois será cosido com o que for determinado nos programas operacionais regionais de financiamento na medida em que este setor transita dum programa operacional temático para programas regionais, admitindo-se que a exemplo do que tem acontecido no quadro ainda em vigor, a ERSAR desempenhe um papel de indicação de cumprimento de requisitos prévios, ou mesmo que seja posteriores, associado a orientações directas do governo embora se trate de uma entidade independente. Governo que também pretende continuar com a discriminação no acesso aos fundos, conforme já se leu nos trabalhos preparatórios do Portugal 2030, com a indicação de que serão priorizadas as candidaturas de entidades associadas.

Portugal não tem actualmente um problema de qualidade da água, pois os indicadores de água segura são os adequados. O que se necessita é de desenvolver um caminho no sentido da eficiência hídrica e da redução de perdas. E para isso é necessário mobilizar recursos financeiros dos diversos instrumentos ao dispor, desde o Portugal 2030, o PRR, o Fundo Ambiental, o Orçamento de Estado e os Orçamentos Municipais. Os programas regionais que vão acolher esta área devem ser dotados dos montantes adequados para dar resposta às necessidades. Que passam pela reabilitação de infraestruturas, pela criação de zonas de

medição e controlo, pela criação de zonas de controlo de pressão, pela deteção ativa de fugas e roturas e sua resolução, pela substituição de contadores onde deviam ser privilegiados os digitais e ser permitido o acesso aos fundos do PRR referentes à transição digital, e ainda por soluções de organização e gestão que aumentem os níveis de água faturada. A prioridade não pode nem deve ser a subida das tarifas ou o critério absurdo de colocar como elemento prioritário o nível de grau de cobertura de gastos, permitindo ainda por cima que possa haver margem para a remuneração de capitais investidos por entidades públicas, quando a estas incumbe prover este serviço à população e não obter lucros pela sua prestação.

Tendo em conta o conteúdo do documento em apreciação, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 28 de Abril de 2022, entende tomar a seguinte posição:

1. Emitir parecer globalmente desfavorável ao Projecto de Resolução, reclamando a sua revisão e a alteração das prioridades apresentadas, dando mais enfoque ao combate às perdas de água e à eficiência hídrica.
2. O Plano, tal como outros instrumentos para o sector, deve garantir a sua gestão pública, e o acesso aos fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias.
3. Que sejam adoptadas medidas de apoio aos Municípios, como entidades gestoras, por parte das entidades ligadas ao sector, com destaque para a ERSAR e para a APA, respeitando sempre a autonomia dos Municípios com realce para as opções em matéria tarifária e de forma de financiamento, prevalecendo a regra das três fontes (tarifas, subsídios de exploração e subsídios ao investimento).

28.04.2022

Pel'A CDU,

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 18

Moção

Sobre os Combustíveis para Bombeiros

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros um pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e também no nosso Concelho, complementando a Companhia de Bombeiros Sapadores..

As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas sub-orçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

Os aumentos dos preços dos combustíveis já está a pôr em causa para muitas AHBV o socorro e a emergência que asseguram às populações, e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado "gasóleo verde".

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 28 de Abril de 2022, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade às AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses;

2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao "gasóleo verde";

3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

28.04.2022

Pel'A CDU,

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 18/04/2022
Documento Nº 19

Moção

Anexo XXVIII

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a Revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido

transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao desmantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina

quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 28 de Abril de 2022, delibera:

1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das Regiões Administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;

28.4.2022

Pela CDU,

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De 28/04/2022
Documento Nº 20

Voto de Protesto

Sessão da Assembleia Municipal do dia 17 de fevereiro de 2022

Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Deputados,

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Vereadores,

Minhas Sras. e meus Srs.,

A Iniciativa Liberal vem pelo presente meio demonstrar o seu desacordo quanto ao ocorrido na sessão da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2022, em particular a discussão do respetivo ponto *4.10 – Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.*

A este título, a Iniciativa Liberal formulou um pedido esclarecimento que se transcreve infra (sublinhados nossos):

"(...)

- *Na página 66 do documento ora em análise, gostaríamos de questionar se o Executivo pretende alargar as Campanhas de Sensibilização sobre Saúde Mental a mais estabelecimentos de ensino do concelho ou se o evento na Escola Profissional do Infante apenas foi uma situação one-off pontual;*

- *Relativamente ao resumo de execução orçamental, constante nas páginas 101 até à 114, gostaríamos de alertar que o mesmo se encontra praticamente ilegível. Assim, no seguimento deste ponto, gostaríamos de questionar se se encontra previsto qualquer migração do atual software contabilístico utilizado pelos serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para um de referência mais atual e que facilitaria eventuais outputs em formato Excel;*

- *Na página 20 referente aos processos judiciais pendentes, gostaríamos de alertar para o Processo 2263/20.6T9VNG, para o Processo 20/22.4T9VNG, os quais têm por base "Publicações no Facebook" e "difusão de factos falsos nas redes sociais relativamente ao uso e destino a dar à Escola EB/1 da Formigosa", respetivamente;*

- *Relativamente a este ponto, gostaríamos de questionar a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia se estes processos se encontram a utilizar recursos do departamento de assessoria jurídica municipal, os quais são suportados pelo*

contribuinte gaiense como bem sabemos, apesar do facto do participante do segundo acima referido processo se tratar de Eduardo Vítor Rodrigues na sua pessoa pessoal e não do Município de Vila Nova de Gaia como é o caso do outro processo;

- *Igualmente nesta página, gostaríamos de questionar o Executivo quanto ao referido relativamente ao Processo 09/C/2022, em particular, a que título se encontrava uma viatura registada em nome do município de Vila Nova de Gaia a circular nos Países Baixos e, para além disso, se encontrava a circular em excesso de velocidade.*

(...)"

Ora, no que concerne o primeiro ponto, relativamente a um eventual alargamento da Campanha de Sensibilização Mental a mais estabelecimentos de ensino do concelho, o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues não nos providenciou qualquer resposta.

Relativamente ao segundo ponto, em particular à ilegibilidade dos outputs contabilísticos da Câmara Municipal de Gaia e se se encontra previsto qualquer migração para um software contabilístico mais atual, o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues não nos providenciou qualquer resposta.

No que refere ao terceiro ponto, nomeadamente no que diz respeito aos processos pendentes constantes na página 20 do respetivo resumo da Informação Escrita relativamente a "Publicações no Facebook" e "difusão de factos falsos nas redes sociais relativamente ao uso e destino a dar à Escola EB/1 da Formigosa" e se estes estavam a ser assessorados pelos serviços jurídicos da Câmara, o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues não nos providenciou qualquer resposta e indicou que iria apresentar resposta por escrito a todos os deputados municipais.

Por último, relativamente ao Processo 09/C/2022, relativamente à alegada viatura registada em nome do município gaiense a circular em excesso de velocidade nos Países Baixos, o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues não nos providenciou qualquer resposta e indicou que iria apresentar resposta por escrito a todos os deputados municipais.

Efetivamente, e à data do presente voto, o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues não proporcionou aos deputados a referida resposta por escrito que anunciou paulatinamente e taxativamente aos deputados municipais na sessão ora em análise.

No entanto, na edição de 27 de fevereiro de 2022 do Jornal Novo Semanário[1], o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues acabou mesmo por apresentar as tais respostas solicitadas à comunicação social, donde se retira os seguintes excertos:

[1] Ver link https://onovo.pt/politica/gaia-tensao-entre-ps-e-il-a-reboque-de-caso-insolito-YN9719221

"(...)

- *O que há é uma participação do município por termos sido notificados de uma multa por excesso de velocidade, na Holanda, de um veículo de reboque que tem exatamente a mesma matrícula que o nosso", esclareceu, frisando que o atrelado em causa nunca dali saiu. "O que veio a verificar-se foi que existem dois veículos com a mesma matrícula.*

- *O que fizemos foi uma participação ao Ministério Público para anular a multa e indagar como é possível na Europa haver dois veículos com a mesma matrícula", esclareceu o socialista, que procura perceber se o problema está no registo de cá ou no dos Países Baixos.*

(...)

- Neste *caso, explicou ainda, há duas queixas: numa, o participante é a câmara e, noutra, é o próprio presidente. Ou seja, o assunto é o mesmo, mas corre por duas áreas diferentes, que podem ou não fundir-se (...)"*

Tendo por base o exposto, congratulamos a transparência do edil relativamente à comunicação social e lamentamos que essa mesma transparência não exista para com os deputados municipais.

Lamentamos igualmente a atitude demonstrada pelo edil ao ser confrontado com as referidas perguntas, que incorreu quase de imediato num chorrilho de falácias *ad hominem* face ao deputado substituto da Iniciativa Liberal.

No dia 23 de março de 2022, marcaram-se 17.500 dias de democracia face aos 17.499 dias da Ditadura Nacional/Estado Novo.

E é neste espírito democrático que o deputado substituto da Iniciativa Liberal representa a *vox popluli*, ao estar incluído numa lista que mereceu o voto dos cidadãos gaienses.

E é neste espírito democrático também que o Executivo Municipal pode e deve ser a todo o tempo escrutinado (do verbo "escrutinar" que significa examinar com atenção e minúcia, a fim de descobrir, perceber, conhecer; esquadrinhar, sondar, etc.).

E é neste registo que a Iniciativa Liberal irá partir e sempre partiu para as suas intervenções na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia.

Vila Nova de Gaia, 27 de abril de 2022

O Deputado Único da IL,

Rui Leite de Castro

Assinado por: RUI DE BRITO E CUNHA LEITE DE CASTRO
Num. de Identificação: 03682995
Data: 2022.04.27 11:11:57+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

ANEXO XXIX

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 21

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: ____/____/____
Documento Nº: _____

DECLARAÇÃO POLÍTICA SOBRE A TAP TRANSPORTADORA AÉREA DA PORTELA

Esta semana comemoramos, e muito bem o 25 de Abril, um acontecimento que faz e nunca deve ser apagado da nossa memória coletiva, que tinha como um dos seus desígnios, o desenvolvimento.

Esse desenvolvimento, deveria assentar em pilares como a educação, as igualdades sociais e de oportunidades, mas também no desenvolvimento harmonioso do território, independentemente da sua diversidade. Ao longo dos últimos 48 anos, com avanços e recuos, muitos objetivos foram alcançados; outros, porém, estão ou são continuamente adiadas existindo até, infelizmente, em alguns casos, regressões incompreensíveis.

Num período em que muito se tem discutido a implementação de um processo de descentralização que, claramente, ainda não conseguiu encontrar a fórmula mais correta, o governo da República deveria tomar decisões mais assertivas e inequívocas, no sentido de contribuir para esse desenvolvimento e convergência fosse possível. No entanto, há factos que provam o contrário, sendo o mais recente, todo o processo que envolve a TAP.

A intenção já era noticiada há algum tempo, mas a confirmação veio recentemente: a TAP retomou a sua atividade concentrando-a, quase exclusivamente, no aeroporto da Portela, com cerca de 42 rotas, dedicando muito poucas ao aeroporto Francisco Sá Carneiro, diminuindo mais uma vez a capacidade de oferta da segunda maior *hub* do país onde Vila Nova de Gaia está inserida.

Este é o maior aeroporto do noroeste peninsular e está sediado numa região responsável por mais de 40% das exportações e por mais de 30% do PIB nacional, servindo mais de 5 milhões de pessoas, desde a região centro até à Galiza.

O plano de rotas, agora tornado público, é absolutamente atentatório do interesse nacional e lesivo da equidade e da relação custo/benefício de uma opção estratégica desta natureza, cavando ainda mais fundo o centralismo e discriminando de forma incompreensível as diferentes regiões do País.

Esta decisão constitui ainda uma provocação a toda a região Norte e uma ameaça séria à coesão territorial nacional.

Seja por via da economia, com as nossas empresas a enfrentar mais custos e mais dificuldades nos seus negócios, seja por via do turismo que vê reduzida a rede de ligações a

Rua General Torres, 1141 - 4400-164 Vila Nova de Gaia | Telefone: 223742493 | grupoparlamentarpsd@mail.cm-gaia.pt

outras cidades europeias e mundiais. Seja, ainda, por terminar com a ligação direta de milhões de Portugueses emigrantes oriundos da zona norte do país, à sua terra natal.

Se a TAP não responde às necessidades e aos anseios dos aeroportos de Faro, do Funchal, de Ponta Delgada e no nosso caso particular, o aeroporto Francisco Sá Carneiro, então deixou de cumprir o seu papel de empresa nacional – companhia de bandeira – e passará a ter um papel sobretudo regional.

Esta postura compromete seriamente o desígnio de representatividade nacional da TAP e torna claro que esta não pode, porque, por opção própria, também não quer, ter os apoios que reclama do Estado.

Porque se a TAP não assumir o compromisso de um plano de rotas, com operações frequentes e regulares, verdadeiramente nacional, também poderá dispensar a ajuda financeira do Estado, para assegurar a sua sobrevivência como empresa. Porque os Portugueses, e muito particularmente os Gaienses, não podem continuar a pagar com os seus impostos uma empresa que tem por missão servir, sobretudo, uma parte do País.

Face à confirmação de concentrar a sua atividade no aeroporto da Portela, o PSD gostaria de ver uma imediata inflexão deste rumo e desta estratégia, reclamando uma solução de retoma, que incremente um plano de rotas e voos, de forma proporcional ao número de passageiros, a partir de todos os aeroportos nacionais.

De outra forma, consideramos que deve ser reequacionado qualquer plano de resgate ou de participação do Estado na sua administração, à custa dos impostos do País. Os Portugueses, os Gaienses, em particular, não precisam de pagar por um serviço a que não podem recorrer.

Se o Governo decidiu reverter a privatização da TAP, adquirindo uma quota de 50% e colocando na empresa, um administrador, onde os privados decidem tudo e o Estado não manda coisa nenhuma; se o Governo injeta milhões na empresa, a pretexto da sua viabilização financeira; então o mínimo que o Governo está obrigado a fazer é exigir que a TAP passe a servir TODOS os Portugueses, sem privilégios e sem exceções.

Em maio de 2020, a TAP veio justificar esta reposição diferenciada de rotas, com a falta de procura, do aeroporto Francisco Sá Carneiro, argumento que choca com as opções de outras companhias aéreas, que descobriram um mercado, que aquela ignora: a Lufthansa, a

Air France, a KML entre outras, que não só estão a retomar como vão aumentar as ligações de e para o Porto.

Como se pode comprovar, pelos factos, o argumento utilizado é uma mentira, ou, no mínimo, incompreensível.

De facto, é estranho que estas companhias, que operam com inconfessados interesses de ordem exclusivamente comercial, vejam nestas rotas a oportunidade de negócio e a sustentabilidade que a transportadora nacional nega.

À data, o Partido Socialista veio a terreiro fazer um apelo à TAP para *"corrigir o plano de rotas aéreas tornado público, tendo em vista corresponder aos legítimos interesses nacionais e regionais em apreço"*. Um aviso, oco de conteúdo, se atentarmos à dissonância entre o que o Ministro das Infraestruturas queria fazer e aquilo que o Primeiro-Ministro não o deixa fazer, como por exemplo a nacionalização.

E se antes foi assim, recentemente a contradição tornou-se insanável.

O atual ministro das finanças, em 14 de abril passado afirmou, sem rodeios, que *"o modelo mais adequado para a TAP é o privado"*, manifestando a preferência por uma companhia de bandeira integrada num grande grupo privado de aviação, em detrimento do processo de reversão que o anterior Governo havia levado cabo.

Um processo com uma grande falta de assertividade que reflete a falta de coragem para decidir em nome do interesse nacional, privilegiando, em vez disso, a região de Lisboa que, neste caso, é beneficiária exclusiva e líquida das operações de capitalização que o país inteiro paga.

O PSD mostra por isso, uma enorme preocupação com todo este processo que provoca cada vez uma maior falta de coesão territorial e com as consequências nefastas para os Portugueses, para a nossa região e para os Gaienses em particular.

Vila Nova de Gaia, 28 de abril, de 2022

P´lo Grupo Municipal do PSD

Paulo Melo Martins

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

28 de abril 2022

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/2022
Documento Nº 22

Declaração de voto

Moção "Pela Paz" – CDU

O Bloco de Esquerda,

a) defendendo a necessidade de acabar com o estado de guerra na Ucrânia e regressar à paz estável e duradoura,
b) e concordando com as propostas específicas de solidariedade com o povo ucraniano, de apelo ao Governo, de valorização do apoio da Câmara e de pesar pelas vítimas;

não acompanha a formulação que apresenta o conflito como acontecimento sem causas, não mencionando que ele tem origem na invasão de um país soberano e por isso não condenando a parte agressora.

O que está em causa é mais do que o sofrimento das populações e a necessidade de negociar uma solução que respeite de forma inequívoca a soberania e a integridade territorial de um país independente, a Ucrânia.

O que está em causa é uma invasão armada violenta da Ucrânia pela Rússia. A Moção da CDU sem mencionar isso, branqueia a causa do conflito.

Nesse sentido o Bloco de Esquerda, abstém-se na votação desta Moção.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 23

CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO

No que concerne à Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Chega sobre a "Construção de Monumento do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes", o Grupo Municipal do CDS/PP, vota favoravelmente a proposta, mas ressalva, que no passado dia 09 de junho de 2010, apresentou uma moção nesta assembleia, em que o seu principal desígnio, pretendia:

"... que se edifique um memorial, mesmo que simbólico, independentemente do Local ou Freguesia, em nome de todos os ex-Combatentes da guerra Colonial, naturais do nosso Concelho, para que não sejam esquecidos os Gaienses que morreram em nome de Portugal...", conforme anexo, aprovada por maioria.

Conforme se poderá comprovar pela cópia da minuta da ata, que se anexa, esta moção foi aprovada com ampla maioria, pelo que há quase 12 anos se aguarda que os responsáveis pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a implementem, e finalmente se realize a mais que devida homenagem aos Ex-Combatentes da Guerra Colonial.

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2022

O Deputado Municipal

(Luís Miguel Nogueira)

ANEXO XXIX

CDU
Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Assembleia Municipal

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 24

4.1 - Conta de Gerência 2021

Para a CDU, esta conta de gerência marca o fim de um ciclo político autárquico e nacional por via dos processos de descentralização. Em todo o caso, o debate sobre a Relatório de Actividades e a Conta de Gerência é e deve ser um dos mais altos momentos de debate sobre a vida política do município, uma vez reflete a situação sócio-económica do concelho, bem como demonstra se os compromissos assumidos pelo executivo foram ou não concretizados.

As Contas de 2021 aqui apresentadas refletem não só o ano da pandemia e a exigência de resposta. Refletindo também alguma recuperação económica, designadamente ao nível da receita do IMT, não obstante os apoios disponibilizados pelo município nas mais diversas dimensões da sua vida económica, social e cultural, como se verificou no ao aumento na despesa, nas transferências correntes num aumento 1812 milhares de euros que valorizamos no alcance e importância sentida por todos os gaienses num momento de extraordinária exigência, sendo que, onde o Estado Central ou não chegou ou até falhou, o município assumiu a responsabilidade.

Num documento que se refere ao Relatório de Actividades do ano de 2021, a CDU uma vez mais alerta para a ambiguidade do relatório que transcreve projectos e obras deste e do anterior mandato do executivo PS. Misturando obras da sua competência com obras das diferentes tutelas. Apresentando projectos de futuro, que já vimos publicados em diversos documentos ao longo dos anos, todavia, ainda sem grandes informações acerca da sua concretização. Essa transcrição chega até a cometer lapsos, uma vez que refere, na página 54, que o Auditório em que nos encontramos esta noite ainda está com "obra em curso".

Tal como o afirmamos o ano passado: "a CDU tem vindo consecutivamente a chamar a atenção para a necessidade de ser feito com objetividade; ora, o que se verifica é que um documento que só devia referir-se ao ano transato é afinal construído com a clara intenção de se apresentar tudo o que se fez não apenas entre 2017 e 2021, mas também o que foi feito no mandato anterior e o que se pretende fazer num futuro mandato. A forma como este documento é aqui apresentado distorce o seu objetivo; e impõe cada vez mais um debate sobre o concelho aprofundado nas mais diversas dimensões da sua vida política, económica, social e cultural".

Não obstante à natureza excepcional, por via do quadro pandémico, que marcou este ano de 2021, no capítulo do relatório financeiro, a execução orçamental foi em linha com o percurso habitual deste executivo, tanto ao nível das escolhas como dos (bons) resultados. Como já disse, a receita corrente, que assenta sobretudo em impostos arrecadados, voltou ao crescimento apenas interrompido em 2020.

A CDU tem sucessivamente afirmado, e os números assim o confirmam, que as diminuições do IMI ensaiadas, que reconhecemos ao longo dos vários anos, não se traduziram em perda de receita significativa - apesar de neste exercício descerem em 791 mil euros, são compensadas pelo IMT.

Ora, a CDU ao longo de vários anos, tem pugnado a sua acção pela reivindicação do financiamento adequado do Poder Local Democrático, designadamente ao nível da Lei das Finanças Locais. Por isso, a CDU propôs e defendeu em devido tempo que haveria espaço para uma maior redução de impostos, por entender que o financiamento do desenvolvimento de um concelho não se pode sustentar maioritariamente através dos impostos pagos pelos munícipes. Posição esta distinta daqueles que, como já aqui vimos, parecem defender vigorosamente a sua descida, no entanto, enquanto executivo, sempre os mantiveram nos seus máximos.

Aberta que foi a possibilidade de discutir uma série de matérias que nos parecem da maior importância, retomamos uma série de perguntas ao Senhor Presidente, que expressam preocupações que temos vindo a colocar sobre diversas dimensões importantes na vida dos gaienses.

Na saúde, o centro de saúde dos carvalhos "protocolo aprovado entre as entidades". O empreiteiro agora não faz a obra, por via do aumento dos custos na construção, falam na ordem de mais 1 milhão de euros. Como está a ser tratada a situação?

No plano apresentado em Dezembro previa-se o centro de saúde para Grijó, já com terreno adquirido, mas não consta neste documento. Em que fase se encontra?
Em que centros de saúde pretende avançar com os cuidados de saúde oral e quando?
A mudança da unidade 2 do CHVNG criou maior pressão no estacionamento já existente no hospital. O que está previsto para resolver estes problemas de estacionamento no hospital?

Para quando se pretende repor os serviços de SASU, encerrados em Soares dos Reis e nos Carvalhos?

Este Relatório de Actividades reflete mais de um milhão de euros em apoios sociais, como o Gaia Cuidadora, Apoio ao Arrendamento e o Programa de Apoio à carência/emergência social, sabendo que dois terços dos gaienses vivem essencialmente com prestações social, sabendo dos milhares de habitações, de diferente tipologias, necessárias para responder às necessidades da população, sabendo que dois terços da população escolar é beneficiária da acção social escolar, apesar do investimento da autarquia, é ainda insuficiente a resposta na acção social nos diferentes domínios face às necessidades, que advém também e sobretudo de décadas de políticas de direita no estado central, sobretudo da política dos baixos salários e pensões.

Perante tudo isto, estando em calha a transferência de competências no âmbito da acção social, perguntamos o que prevê, que respostas irão melhorar, que efeito terá a nível orçamental no município?. Qual a posição do Executivo sobre a questão da falta de verbas para a transferência de competências ao nível da Educação? Sabendo as implicações orçamentais para o município, até onde está disposto o executivo a financiar, para além das verbas transferidas pela tutela, a resposta aos problemas da educação? Prevê um aumento de quantos milhões nos custos com a educação? O ficará por fazer, de competências actuais na autarquia, por consequência da canalização extraordinária de verbas? No capítulo da precariedade, quantos trabalhadores chegaram em situação precária? Vai proceder à regularização dos vínculos contratuais desses trabalhadores?

28.04.2022

Pel'A CDU,

ANEXO XXX

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 25

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mas Secretárias da Mesa,

Ex.mo SR Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mas Senhoras e Senhores Vereadores,

Ex.mas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Ex.mas Senhoras e SRS Diretores Municipais

Caras e Caros Membros do Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Representantes dos Órgãos de Comunicação Social

Caros Gaienses,

Ainda inspirado na cerimónia das comemorações do 25 de abril começo por citar uma estrofe do poema de José Carlos Ary dos Santos, que ouvimos lindamente declamado na cerimónia que aludi:

"Depois da tempestade há a bonança

que é verde como a cor que tem a esperança

quando a água de Abril sobre nós cai."

José Carlos Ary dos Santos - O Futuro

Iniciamos a discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2021.

Relembro que o ano de 2021, foi a conclusão de uma etapa do ciclo iniciado em 2013.

Conclusão que culminou com a auscultação dos Gaienses com a realização de eleições autárquicas. Desta forma podemos dizer com propriedade que estas contas agora apresentadas e que serão aprovadas nesta Assembleia Municipal, também foram aprovadas por uma larga maioria de Gaienses. Estas contas terão assim uma dupla aprovação.

E bem merecem!

Em 2020 afirmamos, na apreciação das contas de 2019, que estávamos perante as melhores contas de sempre de Vila Nova de Gaia!

Hoje não podemos a dar esse epíteto ao documento que agora apreciamos, mas é um documento que nos enche de orgulho pelos resultados alcançados não ignorando em que contexto que se desenrolou.

Não esquecemos o contexto e não esquecemos o ponto de partida. E importa, vezes sem conta, lembrá-lo.

Não como desculpa, mas como simples constatação. Não como desculpa, mas para afirmar que apesar da tempestade acreditamos na bonança. Acreditamos que era possível reverter a situação miserável com que nos deparamos sem ser à custa do aumento de impostos, sem ser necessário esmifrar os bolsos dos Gaienses que nada fizeram para o descalabro financeiro reinante.

Afirmamos que era possível recuperar o bom nome de Vila Nova de Gaia e a boa reputação do Município, acabando com as megalomanias e com o despesismo desnorteado e optando por uma gestão pública proba, rigorosa, inteligente e sustentável, sem nunca tolher a ambição de cumprir os compromissos e os propósitos eleitorais que apresentamos aos Gaienses.

Aqui chegados mais uma vez apresentamos as contas que cumprem os limites de endividamento impostos pela lei.

E como bem sabemos este desiderato não é um objetivo em si.

É uma questão de liberdade.

É uma questão de futuro.

Foi neste contexto de equilíbrio financeiro, com as contas no verde que o Município respondeu de uma forma absolutamente histórica à crise pandémica que a COVID-19 nos trouxe.

Só com este equilíbrio financeiro foi possível desenvolver políticas municipais inovadoras e uma capacidade de resposta, rápida, consequente e solidária, aos problemas emergentes das pessoas e das instituições.

O Município de Gaia esteve sempre na linha da frente.

Se quisermos escolher, em 2021 o que mais marca este relatório de contas é a resposta à COVID-19. Pelo que significou a resposta dada e pelo impacto que teve e pelos custos que originou.

Nem é bom imaginar o que aconteceria às pessoas e às instituições se esta crise pandémica assolava em 2014 ou 2015.

Senhor Presidente

Apenas mais duas ou três notas sobre as contas.

A primeira para sublinhar o grau de execução orçamental que ronda os 84% num total de receita a rondar os 200 milhões de euros e onde as receitas correntes representam a rúbrica com maior peso. Importa aqui salientar, e nunca será demais referir, as descidas de impostos que ocorreram. Com um saldo de 14,4 milhões de euros, que é bom que se diga não é lucro e que uma parte substancial desta verba está consignada aos compromissos assumidos.

A segunda nota e no que às despesas dizem respeito, rebater as recorrentes mistificações da oposição no executivo municipal.

Aumento com as despesas de pessoal

Aumento da despesa corrente

Estes pontos, habituais alvos de crítica - copy paste de anos anteriores, sempre apresentados como marcas depreciativas da gestão terão sempre a nossa resposta.

Atendendo ao passado recente é ridícula a autoridade que possuem para tecer qualquer consideração, mas apesar de serem copy paste não deixamos de dar devida resposta.

Sim, as despesas com pessoal aumentaram.

Não vai ser desta que vão entender ou memorizar, mas não há problema. Repetimos, mesmo que a voz nos doa.

Internalização do pessoal das empresas municipais;

Os procedimentos concursais que aprovamos nas reuniões ou sessões desta Assembleia para reforço do quadro de pessoal por norma conduzem à admissão de pessoas e é de elementar justiça que aufiram um vencimento, diria até que será obrigatório.

Procedimentos concursais e não admissões de boys tão recorrentes num outro ciclo político de má memória.

Sim, as despesas correntes aumentaram.

Iniciamos já este debate e ele tem de ser aprofundado. Despesas correntes como boa despesa, como indispensável despesa num território vasto, com numerosas infraestruturas públicas que necessitam de serem cuidadas para termos um espaço público com um visual cuidado próprio do seculo XXI e não terceiro mundista e que necessita de ter manutenção indispensável para que sirvam os fins a que se destinam.

Ou será que é preferível para substituir 3 lâmpadas de um pavilhão demoli-lo e fazer um novo?

Esta obsessão com as despesas correntes tem uma explicação. Peso na consciência!

Mas, já agora e porque as eleições autárquicas foram há pouco tempo, vale a pena olhar para as propostas apresentadas aos Gaienses e fazer a seguinte avaliação. É certo que não mereceram grande crédito por parte dos Gaienses, mas a avaliação que proponho não é da sua credibilidade ou da sua importância. A avaliação que proponho é que cada Senra e cada SR Deputado Municipal classifique cada promessa com a categoria de despesa de capital ou de despesa corrente.

De seguida tirarão as devidas conclusões e provavelmente a partir desse exercício talvez estejamos todos igualmente preparados para o debate que em breve terá de ocorrer sobre a importância das despesas correntes num modelo de gestão de proximidade determinante para a melhoria das condições de manutenção e de prestação de serviços aos Gaienses. E, obviamente também vamos ter a discussão de boa e da má despesa corrente. Relativamente à despesa corrente má, infelizmente, bem sabemos o que significa.

Temos no relatório de Actividades um ponto específico – ponto 5. dedicado a estas duas rubricas da despesa com uma explanação criteriosa e cristalina.

Por último, para encerrar o capítulo das contas, uma referência às empresas municipais.

O modelo de relacionamento e o modelo gestão definido permite termos empresas municipais estáveis, focadas no cumprimento da sua razão de ser, nas suas tarefas e missões.

Snr Presidente,

Perante um relatório bem elaborado, com explicação detalhada das rúbricas mais relevantes, as referências deixadas aqui não traduzem nem resumem o essencial do relatório, mas são aspetos que

não podemos deixar de referir, mesmo sabendo que outros agora não referenciados serão tão ou mais importante. Importa sublinhar a valia do documento que consubstancia as opções que são tomadas e que apresenta um grau de execução excecional, reflexo da forma como acreditamos que deve ser a gestão da coisa pública. Com decência e com total transparência.

Hoje também apreciamos e votamos o Relatório de Atividades.

Visto, lido e relido, estamos perante um relatório que inova, mas que assume sem tibiezas que não se abdica da análise diacrónica do período do catual ciclo autárquico. E vai continuar a ser assim.

Fazendo-se néscios, continuamos a ouvir como principal crítica o copy paste.

Como se a comparticipação do Município no programa de apoio à redução tarifária – Passe único existisse desde sempre, como se existisse desde sempre as obrigações decorrentes do serviço explorado pelo STCP, os acordos de execução celebrados, os protocolos celebrados com a freguesia de Pedroso no âmbito da Confraria Senhora da Saúde ou com a freguesia de Grijó e Sermonde no projeto de Metrobus. E para terminar dois sublinhados: a criação de um Fundo de emergência de apoio a várias instituições de solidariedade social do concelho e o conjunto de apoios a famílias, num total de 2 milhões de euros, nomeadamente para o Movimento Cuidar dos Cuidadores, passe universitário sub-23 e apoio ao arrendamento – situação de emergência social e no conjunto de medidas tomadas de acordo com o Quadro de Pandemia por COVID-19.

SR Presidente,

O relatório é extenso porque a obra é vasta.

Não vamos enumerar todas os 130 projetos/programas/ações/intervenções que constam no relatório. Constam neste relatório, por direito próprio, estando em diferentes graus de execução.

E assim deve ser!

Mas os três primeiros, são referência obrigatória. Não podem faltar, sempre e quando exista uma referência ao que foi feito em Gaia.

Gaia Aprende +

Gaia Aprende +(i)

Gaia + inclusiva

Pelo que trouxe de inovador, por ser demonstrativo da valia do trabalho em rede e de horizontalidade institucional. Uma rede que fortalece e potencia o reforço e a capacitação institucional do Município e das instituições sociais.

Para além destes pontos, o relatório enumera com detalhe um conjunto de ações (84) levadas a cabo e que resultam não de um modelo de gestão à vista, mas de um modelo sistémico de intervenção que resultam de necessidades identificadas e reconhecidas há vários anos como imperiosos, de necessidades de debelar a natural da erosão do tempo e do desgaste do uso. Reabilitar também é cuidar.

Transparência |decência |cuidar. 3 palavras com que nos parecem poder transmitir o que de mais profundo tem este relatório.

Transparência na informação, na explicação, no cuidado e rigor, na forma como se elabora este relatório e que reproduz factualmente a atividade da Camara Municipal em 2021 e no ciclo autárquico que está associado.

Decência porque resulta de uma gestão cuidada da coisa pública ao serviço das pessoas e para as pessoas.

Cuidar porque para além da resposta absolutamente fantástica à COVID-19 que teve um fortíssimo impacto na atividade de 2021 e que colocou à prova a resiliência da Camara e dos serviços, corresponde também a inumerosas políticas municipais, que apesar do constrangimento da situação pandémica continuaram o seu caminho.

Snr Presidente

Bem sabemos como está totalmente focado nos compromissos que assumiu perante Vila Nova de Gaia e dos Gaienses.

Apesar das vozes maldizentes, somos muitos, somos mesmo muitos, os que o aplaudimos, somos muitos os que apoiam e incentivam a si e à sua equipa para continuar a cumprir projeto "Dedicados a Gaia" porque os Gaienses merecem todo o seu esforço e toda a sua generosidade.

Caro Presidente Eduardo Vitor Rodrigues

Com sua liderança e com a sua equipa, temos rumo, sabemos os caminhos que queremos percorrer e as metas que queremos alcançar.

Termino citando uma estrofe do poema de José Carlos Ary dos Santos, que ouvimos lindamente declamado na cerimónia das comemorações do 25 de abril:

"Isto vai meus amigos isto vai
o que é preciso é ter sempre presente
que o presente é um tempo que se vai
e o futuro é o tempo resistente."

José Carlos Ary dos Santos - O Futuro

Vila Nova de Gaia, 28/04/2022

Grupo Municipal do Partido Socialista

ANEXO XXXI 1/2

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº_ 26

Assunto: Relatório de Actividades e Contas de 2021

1. Parece-nos que o relatório de actividades referente a um determinado exercício económico deveria versar sobre as obras e actividade realizadas nesse ano. Porém, em relação ao relatório de actividades de 2021 que nos foi apresentado, constata-se que o mesmo é uma cópia do de 2020, sendo elencadas 130 obras, as quais já constavam na sua totalidade do relatório de actividades de 2020. Dessas 130 obras, uma boa parte das mesmas ainda não foi sequer iniciada e cerca de três dezenas foram já concluídas em exercícios anteriores ao de 2021 (designadamente entre 2013 e 2020). Se no relatório de 2020 era referido o ano de conclusão destas obras, contribuindo para uma maior clareza, no de 2021 essa informação não é prestada.

2. As contas apresentadas registam uma significativa recuperação do Resultado Líquido do período, que passou de 3,7M€ em 2020 para 14,39M€ em 2021. A tal facto não terá sido alheio o crescimento das receitas totais em cerca de 14% para 197,7M€. Não obstante este crescimento das receitas, não podemos deixar de manifestar alguma preocupação com o facto do grau de execução das mesmas, em 2021, se ter situado em 83,8%, valor inferior a 85%.

3. Ao nível das receitas, a principal rubrica continua a ser os impostos, designadamente o IMI. As receitas fiscais ascendem a 99,8M€ (+15,3% que em 2020), correspondendo a 50,5% da receita total e 65,4% da receita corrente.

   Se à referida receita fiscal acrescentarmos o valor da participação variável no IRS (17,6M€ em 2021 face a 16,3M€ em 2020) chegamos a um montante de impostos arrecadados de 117,4M€, isto é, 59% da receita total e 77% da receita corrente.

   Tal, como por nós tem vindo a ser referido ao longo dos diversos exercícios económicos, reflecte a pesada carga fiscal a que os gaienses estão sujeitos, a qual não se justifica se tivermos em consideração os lucros registados pelo Município, bem como os fluxos de caixa de actividades operacionais, tendo estes passado de 25M€ em 2020 para 40,5M€ em 2021.

Rua General Torres, 1141 - 4400-164 Vila Nova de Gaia | Telefone: 223742493 | grupoparlamentarpsd@mail.cm-gaia.pt

2/2

Esta forte sobrecarga fiscal dos Gaienses é aliás reconhecida no Relatório agora em apreciação, na sua página 75, quando é referido que a receita fiscal em Gaia representa 59,7% da receita cobrada líquida em 2020 e 57,7% em 2021, quando o peso médio da receita fiscal na receita autárquica, nos Municípios portugueses, é de 39,3% conforme Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2020.

4. Ao nível das despesas, mantém-se a preponderância da componente corrente (representa 61,8% da despesa total), designadamente as despesas de funcionamento. Ao nível destas despesas salientam-se os gastos com pessoal que registaram um novo incremento (+2,6M€ do que em 2020, passando de 43,5M€ em 2020 para 46,1M€ em 2021).

   Reiteramos a nossa preocupação com a representatividade das despesas de funcionamento uma vez que as mesmas, conforme por nós já referido, por diversas vezes, e reconhecido no próprio Relatório em apreciação (pág. 97), se tratam de despesas com carácter fixo e obrigatório.

   Embora concordemos que nem toda a despesa de capital só por ser despesa de capital é boa, este argumento não pode servir para justificar a prevalência da despesa corrente sobre a despesa de capital, pois é esta última que potencia a criação de riqueza e é indispensável ao desenvolvimento e progresso do concelho no médio e longo prazo.

5. Face às preocupações manifestadas nos pontos precedentes, o Grupo Parlamentar do PSD vota contra o documento em apreciação.

Vila Nova de Gaia, 28 de Abril de 2022

Pelo Grupo Parlamentar do PSD,

ANEXO XXXII

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/4/22
Documento Nº 27

Reunião da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Intervenção Ponto 4.1

Relatório de atividades e Contas de Gerência de 2021

Somos hoje chamados a discutir e votar a Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividade e Contas de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2021.

É uma prestação de contas que apresenta, desde logo, como objetivo primordial informar, num quadro financeiro, os cidadãos acerca da sustentabilidade das contas municipais, mas sem esquecer a visão marcadamente política nas quais as opções económicas-financeiras municipais se consubstanciaram.

Relativamente à situação financeira do município, em seguimento daquilo que o PAN tem já vindo a demonstrar em anos anterior, não podemos deixar de nos congratular pela assertiva gestão e controlo de contas que este executivo tem vindo a demonstrar e que, desde logo, se reflete no equilíbrio orçamental, cumprindo desse modo a norma orientadora prevista na Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Não obstante, temos ainda algumas observações, julgadas pertinentes, a fazer.

Relativamente à receita corrente facilmente nos apercebemos da importância que os impostos diretos e a as transferências correntes ocupam neste capítulo, sendo que são os impostos locais que mais contribuem para esta receita.

Se bem que verificamos uma baixa do imposto no que toca ao IMI, refletido entre outros fatores, pela diminuição da taxa aplicável, assistimos a um grande aumento da receita proveniente do IMT em relação aos anos anteriores. Sem dúvida que este crescimento demonstra o dinamismo do mercado imobiliário, mas é precisamente para esta realidade que queremos chamar a atenção. Na verdade,

Pessoas - Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

amiúde, este crescimento traduz-se no sacrifício de zonas verdes e no desequilíbrio dos ecossistemas, resultando num crescimento não sustentável do ponto de vista ambiental. Basta lembrar, do que neste momento sucede, paredes meias, com a Reserva Natural do Estuário do Douro. É, pois, importante que o executivo tenha neste capítulo uma visão ambientalmente sustentável, não permitindo o surgimento de "selvas de betão" espalhadas pelo nosso território.

Quanto à política fiscal acompanhamos o Executivo no que toca ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não acompanhamos o espírito que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideramos que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar, no nosso espaço geográfico, empregos verdes, estáveis e duradouros.

Não seriamos justos se não realçássemos aqui o resultado líquido positivo com que se terminou o ano de 2021.

De uma forma geral, podemos afirmar que acompanhamos o executivo no que concerne às suas opções de política social, habitacional, educacional, cultural, bem como nas áreas da saúde.

Não obstante tudo o que foi até aqui referido relativamente à independência financeira do município de Vila Nova de Gaia e ao equilíbrio das contas, a verdade é que os Gaienses e a sua qualidade de vida não dependem só destes fatores.

Como nota prévia do que a seguir se dirá, relembro que o PAN votou contra o orçamento e opções do plano do ano de 2021, precisamente o ano em questão desta prestação de contas.

Na altura, o PAN fundamentou o seu sentido de voto trazendo a debate políticas que se enquadram no seu espectro ideológico e que refletem uma ideia de progresso económico, social e ambiental num quadro de sustentabilidade.

É neste modelo conceptual que a posição do PAN se afirma, passando por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às

alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

Foi nosso entendimento que as opções do plano e orçamento para o ano de 2021 estavam desprovidas de políticas, a nosso ver, estruturantes para uma qualquer sociedade, como seja o Ambiente e o bem-estar e proteção animal.

Recordo, mais uma vez que o PAN esteve ao lado do executivo, votando favoravelmente matérias no âmbito da mobilidade, das políticas sociais, nomeadamente os destinados à franja da população socioeconomicamente mais vulnerável, das políticas setoriais da educação, da saúde, da cultura, do desporto, bem como dos investimentos em equipamentos estruturantes e por isso importantes para o concelho de Vila Nova de Gaia.

Todavia, existem temas que são fraturantes e que não acompanhamos pela razão de não se aproximarem do espectro político defendido pelo PAN, outros, porque consideramos que as medidas implementadas são manifestamente insuficientes para resolver os problemas existentes no município.

Não acompanhamos a completa ausência de políticas de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade no concelho. Na verdade, o que se tem vindo a assistir, e já chamamos já a atenção para tal facto, e à depauperação de zonas naturais e a sua capitulação ao "betão e aos grandes projetos".

Também não concordamos, e na altura o dissemos, do pouco investimento atribuído àquilo que mais se aproxima do conceito de "conservação da natureza e biodiversidade" que é o Parque Biológico (325.000€), ainda mais quando o mesmo encerra em si um Centro de Recuperação de Animais Selvagens caduco e em instalações já desadequadas.

De igual modo não fomos favoráveis, e disso demos conta, das opções técnicas (circulação em trincheira e construção de um parque de materiais) relativas à extensão da linha amarela e que resultaram num autêntico massacre da massa arbórea e área verde do Monte da Virgem.

Pela 4º vez consecutiva o executivo veio proclamar o fim do uso do glifosato, mas sem o pôr em

prática.

Também, não se vislumbra qualquer medida ou intenção tendente a mitigar a enorme poluição existente no rio Douro, a maior parte dela provocada pela navegação turística.

Não acompanhamos as medidas que têm a ver com a proteção da orla costeira, nomeadamente com o projeto para o Portinho da Aguda que prevê uma marina para embarcações de recreio, mas também com a eventual ampliação e/ou construção de um pontão. (A construção destas estruturas está hoje longe de ser consensual e a longo prazo revelam-se não ser um meio de proteção à erosão da orla marítima)

Mas em áreas tão importantes como inclusão social fizemos notar a nossa discordância. Não obstante a aprovação, nesta assembleia, de uma recomendação apresentada pelo PAN em 11 de abril de 2019 sobre o Alargamento da Rede Especialista de Intervenção com Vítimas da Violência à população LGBTI+, nada foi feito a esse propósito.

Relativamente à temática da proteção, saúde e bem-estar animal, o ano 2021, à excepção do investimento num novo e necessário Centro de Recolha Oficial de Animais, revelou-se ser um ano sem qualquer novidade no que toca à implementação de políticas concretas e necessárias à realidade vivida no município. No ano de 2021:

1) as colónias de gatos continuavam descontroladas e a crescer (apesar de o PAN ter já apresentado 2 recomendações neste sentido, foram as duas sucessivamente chumbadas);

2) as matilhas são cada vez em maior número e cada vez mais agressivas;

3) as famílias de acolhimento continuam a ser ignoradas;

4) o programa CED não existe;

5) o apoio a famílias com carências socioeconómicas na esterilização dos animais continua a não existir;

6) em face do número crescente de abandonos não existe qualquer reforço de campanhas de

prevenção e de sensibilização à esterilização.

Enquanto relatório de atividades, é nos apresentado um rol de obras e feitos, a maior parte uma repetição de edições anteriores. Infelizmente continua a ser uma constante nas políticas do executivo uma completa ausência de medidas unicamente direcionadas à proteção dos ecossistemas. 64 páginas e nem uma palavra sobre alterações climáticas, ecologia, ecossistemas, promoção da biodiversidade, proteção de zonas naturais, políticas de gestão do arvoredo, pegada ecológica, ecoeconomia, economia circular, descarbonização.

É nosso entendimento que Vila Nova de Gaia em termos de sustentabilidade ambiental continua a ser, desculpem a redundância, insustentável, sendo certo que continua a não existir, por parte do Executivo, uma linha política direcionada a este respeito.

Para ser sustentável torna-se urgente uma política direcionada ao incentivo da produção local, à preservação dos ecossistemas e da conservação da biodiversidade e sem dúvida mudar de paradigma económico. Ser humanista é também ser ambientalista e animalista.

Para terminar consideramos que as opções políticas deste executivo em 2021, ao contrário das intenções demonstradas e refletidas no plano de atividades e orçamento para 2022, ainda não estiveram dotadas de preocupações que o PAN considera estruturantes e por isso fundamentais para uma Vila Nova de Gaia humanista, amiga dos animais e ambientalmente sustentável.

Assim e tendo em conta a nossa posição tomada no orçamento para 2021, também aqui no relatório de atividades e contas de gerência de 2021, mantemo-nos coerentes com o sentido de voto de então, e assim sendo votaremos contra.

Vila Nova de Gaia, 28 de abril de 2022

Deputado Municipal pelo Pessoas-Animais-Natureza

Pedro Ribeiro Castro

Pessoas - Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 28

ANEXO XXIII

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

28 de Abril 2022

Apreciação do

Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2021

O Relatório evidencia a continuação da boa situação financeira do Município o que é louvável, particularmente tendo em conta a situação de dificuldade acrescida pelas necessidades dos últimos anos devido à pandemia que nos assolou.

De uma forma geral, apreciamos a actividade apresentada nos vários domínios da política municipal.

No entanto, notamos que muitos dos projectos não são referidos ao tempo em se passam, diluindo a perspectiva de passado, presente e futuro em muitas das realizações elencadas.

De forma semelhante, não fica claro, em muitas das realizações e projectos, qual o investimento financeiro da Câmara e qual aquele em que a Câmara participou como incentivadora.

É também uma falha do Relatório a não apresentação dos critérios de elegibilidade para os apoios financeiros ao movimento associativo, nas suas diferentes áreas de intervenção.

Na especialidade, discordamos das opções de:

- não introdução da tarifa social automática da água

- não alargamento a todo o município das acessibilidades e da mobilidade sustentável

- não organização de oferta pública de instituições residenciais para idosos

- insuficiente apoio institucional diversificado aos cidadãos portadores de necessidades especiais

- insuficiente criação de espaços livres para jogo e desporto, nomeadamente destinados a munícipes não em idade de pequena infância.

- não opção por um investimento no aumento mais consistente do parque municipal habitacional o qual está apenas dependente dos programas nacionais.

- E discordamos da opção pelo modelo de investimento na área da cultura, com a Câmara a assumir directamente a gestão dessa área que devia ser autonomizada em direcção artística qualificada com o objectivo de promover uma política cultural integrada entre criadores, produtores, formadores e equipamentos.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 28/04/22
Documento Nº 29

MINUTA DE ATA Nº 10

Reunião Ordinária de 28.04.2022

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:**

a) Foi um, **Voto de Louvor,** apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Dinâmica de Apoio Solidário ao Povo Ucraniano", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

b) Foi um, **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Abertura da Nova Maternidade do CHVNG/Espinho", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) Foi um, **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Prémio Nacional de Sustentabilidade 20 | 30", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

d) Foi um, **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Voto de Saudação ao 25 de abril", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

e) Foi um, **Voto de Saudação,** apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "Saudação ao 1º maio", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

f) Foi um, **Voto de Homenagem,** apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "Homenagem a Adriano Correia de Oliveira", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

g) Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Pelo falecimento do cidadão e empresário Salvador Guedes", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

h) Foi um, **Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal do IL, "Criação da figura do Provedoria do Munícipe de Vila Nova de Gaia", **Rejeitado por Maioria**, com 35 votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do

PS e 02 da CDU), 10 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 01 abstenções do PAN.

i) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, "Provedoria do Munícipe", **Rejeitado por Maioria**, com 35 votos a contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 do CDU), 10 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 01 abstenção do PAN. ------

j) Foi uma, **Proposta de Recomendação,** apresentada pelo Grupo Municipal do CH, "Construção de Monumento do Concelho de Vila Nova de Gaia em Homenagem aos Antigos Combatentes", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

k) Foi uma, **Proposta de Recomendação,** apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, "Acolher as pessoas refugiadas sem as separar dos seus animais de companhia", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

l) Foi uma, **Proposta de Recomendação,** apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, "Atribuição Medalha de Mérito Municipal ao Dr. Miguel Graça", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

m) Foi um, **Voto de Condenação,** apresentado pelo Grupo Municipal do CH, "Pela Invasão Russa da Ucrânia", **Aprovado por Maioria**, com 43 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 01 do PAN, 01 do CH e 01 do IL), 02 votos contra do CDU e 01 abstenção do BE. ----------

n) Foi uma, **Moção,** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Pela Paz", **Aprovado por Maioria**, com 36 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 da CDU), 02 votos contra (01 do CH e 01do IL) e 10 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE e 01 do PAN). ----------

o) Foi uma, **Moção,** apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "Manifestar solidariedade para com o povo ucraniano", **Aprovado por Maioria**, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do CH, 01 do IL e 01 do PAN) e 02 votos contra da CDU. ----------

p) Foi retirada da Ordem de Trabalhos, **uma Proposta**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030", a pedido do próprio Grupo Municipal. ----------

q) Foi uma, **Moção,** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "sobre os Combustíveis para os Bombeiros", **Aprovado por Maioria**, com 42 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do IL). ----------

r) Foi uma, **Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do IL e 01 do PAN) e 08 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS e 01 do CH). -----

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) Foi o ponto 4.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2021, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, na alínea i) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do PAN) 05 abstenções (02 da CDU, 02 do BE e 01 do CH). ----------

b) Foi Apreciada a "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens Relativos ao ano 2021, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, na alínea i) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro", **referente ao Ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos.** ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 02 horas e 35 minutos do dia 29 de abril de 2022, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)